

RAFAEL FERNANDO DA SILVA

***Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de
Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino***

Dissertação de mestrado elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Monarcha como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – campus de Araraquara

**Universidade Estadual Paulista
Campus Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar**

Agosto de 2014

Resumo

Esta dissertação de mestrado apresenta resultados de estudos e pesquisas sobre o manual de ensino intitulado “*Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna*, de Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino”, realizados sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Monarcha. A dissertação visa contribuir para a produção do conhecimento em Educação mediante estudo e análise de um manual de ensino elaborado por um autor católico representativo nos meios intelectuais e educacionais. Para tanto, priorizamos o estudo dos impressos constituídos pelo gênero textual denominado de “manuais de ensino”, publicados isoladamente ou em coleções editoriais destinadas à formação de professores primários e secundários.

Palavras-chave: Manuais de ensino; Theobaldo Miranda Santos; ensino de filosofia da educação.

Abstract

This masters dissertation presents the results of studies and researches on the teaching manual titled *Philosophy of Education: major problems of the modern pedagogy (Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna*, in Portuguese), by Theobaldo Miranda Santos. These studies were oriented by Professor Carlos Monarcha. The dissertation aims at contributing to the knowledge production on Education, through the study and analysis of a teaching manual produced by a representative (in the intellectual and educational fields), Catholic author. For that, we prioritized the study of works in the genre “teaching manuals”, published alone or in collections aimed at the training of primary and secondary teachers.

Keywords: Teaching manuals; Theobaldo Miranda Santos; philosophy of education teaching.

Sumário

APRESENTAÇÃO p. 7

PRIMEIRA PARTE

1 O PROFESSOR E O AUTOR DIDÁTICO p.11

1.1 Esboço biográfico

1.2 O autor didático

2 A RENOVAÇÃO CATÓLICA p.15

2.1 A reação intelectual

2.2 A Revolução de 30 e o ministério de Francisco Campos

2.3 O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

2.4 A Constituição de 1934

2.5 A lei de diretrizes e bases da educação

3 O TEOR DOS ARTIGOS p.26

3.1 Concepções e argumentos

SEGUNDA PARTE

4. AS DISCIPLINAS FILOSOFIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO p.34

4.1 A institucionalização das disciplinas

4.2 A disciplina Filosofia da Educação: o caso paulista

4.3 Os pareceres do Conselho Federal de Educação

5. A COMPANHIA EDITORA NACIONAL p.41

5.1 A Trajetória da editora

5.2 A Biblioteca Pedagógica Brasileira

5.3 A série “Atualidades Pedagógicas”

6 FRANZ DE HOVRE, O ASCENDENTE INTELECTUAL p.51

6.1 Dados biográficos

6.2 O conjunto da obra

TERCEIRA PARTE

7. A PRIMEIRA EDIÇÃO DO MANUAL p.58

7.1 Manuais de orientação religiosa e laica

7.2 *Filosofia da educação*: os grandes problemas da pedagogia moderna

8. A TRANSPOSIÇÃO DE MATERIAL TEXTUAL p.62

8.1 Dos artigos aos manuais

9 AS REEDIÇÕES SUCESSIVAS p.66

9.1 As 2ª e 3ª edições

9.2 Da 4ª à 12ª edição

10 OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS p.70

10.1 O conceito de filosofia

10.2 O conceito de educação

10.3 O conceito de filosofia da educação

10.4 O conceito de educando

10.5 O conceito de aprendizagem

CONSIDERAÇÕES FINAIS p.76

REFERÊNCIAS p.79

Instituições consultadas

Anexo 1

Anexo 2

Figuras

Lista de Quadros

Quadro 1 – Livros didáticos de Theobaldo Miranda Santos

Quadro 2 – Autores e títulos publicados na série “Atualidades Pedagógicas”

Quadro 3 – Comparação do material textual

Quadro 4 – Comparativo do material textual

Quadro 5 – Comparativo entre os manuais

Quadro 6 – Coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”

Quadro 7 – Coleção “Curso de Filosofia e Ciências”

Quadro 8 – Comparativo entre *Ensayo de filosofia pedagógica* (1968) e *Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna* (1942)

Quadro 9 – Comparativo entre *Manual de filosofia* (1946) e *Noções de história da educação* (1958)

Lista de Figuras:

Figura 1: *Filosofia da educação: os grandes problemas da Pedagogia Moderna*. Editora Boffoni. Rio de Janeiro. 1942.

Figura 2: 2ª edição de *Noções de filosofia da educação*. (Atualidades pedagógicas)

Figura 3: Capa da 3ª edição de *Noções de filosofia da educação*. (Atualidades pedagógicas)

Figura 4: Capa da 4ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 5: Capa da 5ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 6: Capa da 6ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 7: Capa da 7ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 8: Capa da 8ª edição. *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 9: Capa da 9ª edição. *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”

Figura 10: Capa da 10ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 11: Capa da 11ª edição de *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 12: Capa da 12ª edição e *Noções de filosofia da educação*. “Curso de Psicologia e Pedagogia”.

Figura 13: Foto de Theobaldo Miranda Santos.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado, realizada com auxílio financeiro de uma bolsa de estudos concedida pela CAPES, detém-se no estudo dos impressos constituídos pelo gênero textual denominado “manual de ensino”. Tal é o caso de Theobaldo Miranda Santos, autor de manuais largamente utilizados em Escolas Normais, Institutos de Educação, Cursos de Pedagogia e Cursos em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mais especificamente, nos deteremos no estudo da circulação e da difusão do manual intitulado *Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna*, publicado pela Editora Boffoni, no Rio de Janeiro, em 1942.

Com o título modificado a partir da 2ª edição, em 1947, para *Noções de filosofia da educação*, esse manual foi reeditado na série “Atualidades Pedagógicas”, volume 47, da consagrada “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, um projeto editorial dirigido por Fernando de Azevedo para a Companhia Editora Nacional. A partir de 1951, *Noções de filosofia da educação* foi remanejado para a coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”, organizada pelo próprio Theobaldo Miranda Santos para a Companhia Editora Nacional.

No Brasil, no período de 1930 a 1970, presenciou-se, de um lado, a diversificação e o aprofundamento dos currículos dos cursos de formação de professores primários e secundários; com efeito, nos currículos, além da disciplina Filosofia da Educação, outras foram introduzidas, dentre as quais: História da Educação, Psicologia aplicada à Educação, Sociologia Educacional, Biologia, Higiene Escolar, Administração Escolar e Estatística aplicada à Educação. De outro, observou-se a expansão quantitativa dos cursos de formação de professores primários e secundários de nível médio e superior.

O período mencionado foi decisivo na organização do sistema educacional brasileiro nos seus diferentes níveis (cf. ROMANELLI, 1978). Com efeito, entre 1942 e 1946 foram decretadas as “Leis orgânicas do ensino” – conjunto de decretos-lei reformulador do ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola. Em 1961 aprovou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1968, a reforma universitária, e, em 1971, a reforma da LDBN.

A partir da década de 1930, verificou-se um crescimento significativo do mercado editorial brasileiro articuladamente à expansão do sistema educacional em

todos os níveis. Nessa etapa crucial da história de nosso país houve um incremento significativo do comércio livreiro especializado na edição de obras para os cursos primário, secundário e superior.

Escritor didático reconhecido nos meios educacionais e editoriais, Theobaldo Miranda Santos foi autor de cartilhas de alfabetização, séries graduadas de leitura e compêndios escolares para o ensino primário, além de manuais didáticos destinados aos cursos de formação de professores primários e secundários. Ou seja, atuou como mediador entre o conhecimento acadêmico e o saber escolarizado. E por ter uma visão de mundo religiosa percebia na educação escolar a via de difusão de valores formativos humanistas de teor católico.

A presente dissertação pretende, portanto, contribuir para a pesquisa em Educação mediante estudo de um manual de ensino e proporcionar a compreensão de certos aspectos da filosofia da educação nos cursos de formação de professores primários nos cursos normais e de professores secundários nos institutos de educação e faculdades de filosofia, ciências e letras. Para tanto, priorizamos a localização, a recuperação e a análise do manual *Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna* e das edições subsequentes subtintuladas *Noções de filosofia da educação*, de Miranda Santos. Por sua vez, a análise e a discussão dos resultados são efetuadas com auxílio da bibliografia acadêmica especializada nas histórias da educação, das disciplinas escolares, dos manuais de ensino e das editoras.

Manual de ensino é aqui definido como livro didático destinado ao uso de alunos e professores. Como afirma Moraes (2004), os manuais são documentos expressivos de material textual singular. Para Roballo (2007), os manuais são objetos culturais destinados ao mercado escolar. Nas considerações teóricas de Choppin:

O manual, sob suas diversas denominações, é progressivamente um objeto planetário: ele se impôs no mundo pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educativos e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental. O “manual” é, portanto, frequentemente designado por termos que são a transcrição, a tradução ou a transposição das designações as mais comumente utilizadas nos países desenvolvidos.

[...]

Escrever a história dos livros escolares – ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra – sem levar em conta as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido.

Ao lado do setor industrial e comercial, outros aspectos despertam, atualmente, a atenção dos historiadores, tais como a relação entre o livro didático e a formação dos professores, os livros didáticos e sua utilização na educação não formal, a linguagem utilizada pelos livros didáticos, o perfil sociológico dos autores, o papel das mulheres na elaboração e difusão dos saberes escolares, etc. (2004, p. 564-565).

O texto da dissertação está organizado em três partes. Na primeira, sistematizamos dados biográficos do autor, sua produção didática e, em seguida, expomos aspectos da renovação católica no Brasil bem como os objetivos da revista *A Ordem*. Na segunda parte, organizamos dados sobre a introdução das disciplinas Filosofia e Filosofia da Educação nos currículos dos cursos de formação de professores primários e secundários e, na sequência, expomos dados sobre a Companhia Editora Nacional e do pensamento filosófico de Franz de Hovre, autor católico de larga influência nas discussões sobre as relações entre filosofia e educação. Na terceira e última parte, analisamos a organização manual *Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna* e realizamos considerações acerca das reedições sob o título de *Noções de filosofia da educação*, por fim, efetuamos a exposição resumida de alguns dos conceitos fundamentais formulados pelo autor no corpo do referido manual.

Primeira parte

1. O PROFESSOR E O AUTOR DIDÁTICO

1.1 Esboço biográfico

Theobaldo Miranda Santos nasceu em 22 de junho de 1904, em Campos, no Rio de Janeiro. Naquela cidade cursou o ensino primário e diplomou-se no Liceu de Humanidades e na Escola Normal Oficial; no Colégio Grambery, instituição de ensino de orientação metodista localizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, diplomou-se em Farmácia e Odontologia.¹

Iniciou a carreira de professor primário em Manhuaçu, na região da Zona da Mata, Minas Gerais. Em 1931, retornou a Campos para ocupar os cargos de diretor e de professor catedrático de Física, Química e História Natural no Liceu de Humanidades e na Escola Normal Oficial. Nessas instituições, lecionou Física, Química e História natural. Na cidade de Campos, foi professor de História da Civilização no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, catedrático de História Natural na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, catedrático de Ortodontia e Odontopediatria na Faculdade de Farmácia e Odontologia.

No contexto de disputas acirradas entre católicos e liberais, entre 1931 e 1938, Theobaldo Miranda Santos converteu-se ao catolicismo e escreveu artigos para a revista *A Ordem* de cunho católico, além de consolidar sua projeção intelectual ao ocupar cargos políticos e postos acadêmicos.

Em 1938, transferiu-se de Campos para Niterói, então capital do Rio de Janeiro, onde exerceria o magistério de História Natural no Instituto de Educação de Niterói e, pouco depois, ocuparia a cátedra de Prática de Ensino na Universidade do Distrito Federal e a cátedra de História e Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro.

Nos anos de 1940, dividiu-se entre o magistério e a ocupação de cargos públicos, de fato, lecionou Pedagogia na Escola Técnica do Serviço Social e Física no Colégio Sion do Rio de Janeiro. Em 1941, foi designado Diretor do Departamento de Educação Técnica e Profissional; em 1942, ocupou o cargo de Diretor Geral do Departamento de Educação Primária no governo de Henrique Dodsworth, interventor do Rio de Janeiro.

1. Esse esboço biográfico foi elaborado a partir das seguintes fontes: Almeida Filho (2008), Morais (2004) e Silva (2012). De grande valia foram os verbetes “Theobaldo Miranda Santos” localizados nas seguintes enciclopédias: *Larousse Cultural*, *Anuário da Grande Enciclopédia Delta Larousse*, *Nova Enciclopédia Barsa*, *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, além do esboço biográfico constante nos arquivos do Colégio Estadual “Theobaldo Miranda Santos”, em Maringá, Paraná.

Simultaneamente, lecionou Filosofia e História da Educação na Pontifícia Universidade Católica e no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula.

Em 1944, venceu o concurso para ingresso na cátedra de História e Filosofia da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro; de par, ocupou interinamente por duas vezes o cargo de Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal; igualmente por duas vezes, ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal. Nesse período, foi designado membro do Conselho Nacional do Livro Didático. Autodidata, dominava as línguas francesa, inglesa, espanhola e alemã.

1.2 O autor didático

Autor católico influente nos meios intelectuais e educacionais, Theobaldo Miranda Santos participou ativamente do desenrolar das tramas políticas e intelectuais concernentes à educação e suas finalidades éticas, morais e religiosas. Igualmente a outros intelectuais católicos, cristão militante, o autor via na educação das novas gerações a possibilidade de difundir uma visão de mundo católica e humanista. Envolvido numa rede de sociabilidade integrada por intelectuais católicos, entre outros, Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Corção, Jônathas Serrano, Everardo Beckheuser, Leonardo Van Acker, Jackson de Figueiredo, padres Leonel Franca e Helder Câmara, Theobaldo Miranda Santos atuou no movimento de renovação católica capitaneado pelo Centro D. Vital e pela Ação Católica, instituições fundadas, respectivamente, em 1921 e 1930, sob a influência carismática de Jackson de Figueiredo e do cardeal Sebastião Leme. Essa rede de sociabilidade referenciava-se na *Ratio Studiorum*, célebre documento da Companhia de Jesus publicado no século XVI, e difundia sua concepção tomista de vida e educação na revista *A Ordem*, publicada a partir de 1921.

Theobaldo Miranda Santos é um dos mais profícuos autores didáticos brasileiros. Para o ensino primário, secundário, normal e superior teria publicado 130 títulos sobre os mais diversos assuntos, a saber, linguagem, literatura infantil, psicologia, pedagogia, sociologia, economia, geografia e história, sendo que vários títulos tiveram reedições sucessivas. Por décadas, ele será uma espécie de “cartão de visita” no segmento comercial de livros didáticos e paradidáticos de várias editoras, especialmente da Companhia Editora Nacional, na qual seu nome funcionava como selo

de qualidade, fato que o levou a tornar-se um bem-sucedido autor desde o ponto de vista comercial. Para essa editora, além de publicar manuais na afamada série “Atualidades Pedagógicas”, Theobaldo Miranda Santos, a partir de 1945 e 1946, respectivamente, organizou as coleções “Curso de Psicologia e Pedagogia” e “Curso de Filosofia e Ciências”. Na condição de autor didático, Theobaldo Miranda Santos publicou livros de geografia, história, língua portuguesa, livros de leituras, contos e poesias para o ensino primário, ginasial, colegial e normal.

QUADRO 1 – Livros didáticos de Theobaldo Miranda Santos

Títulos	Editora	Ano
<i>O sonho, a criança e os contos de fadas</i>	Panorama	1940
<i>Prática de ensino: o ensino, a aprendizagem, as técnicas de ensino, os planos de ensino, a realidade do ensino, a verificação do ensino</i>	Editec	1948
<i>Psicotécnica: orientação profissional, seleção profissional, organização do trabalho, organização da educação, técnica da propaganda, medidas</i>	Editec	1948
<i>Terra bandeirantes</i>	Agir	1949
<i>A arte de ler, escrever e conversar</i>	Agir	1949
<i>Exercícios de linguagem e matemática - 1ª série primária - livro do aluno</i>	Agir	1952
<i>Exercícios de linguagem e matemática - 2ª série primária - livro do aluno</i>	Agir	1952
<i>Exercícios de linguagem e matemática - 3ª série primária - livro do aluno</i>	Agir	1952
<i>Exercícios de linguagem e matemática - 4ª série primária - livro do aluno</i>	Agir	1952
<i>Introdução à pedagogia moderna</i>	A Noite	1955
<i>O jardim de infância: organização e administração</i>	A Noite	195?
<i>Criança brasileira. Admissão e 5ª série</i>	Agir	1956
<i>Paraná: a vida na cidade e na Roça</i>	Agir	1956
<i>Matemática</i>	Agir	1956
<i>Minas Gerais</i>	Agir	1960
<i>Leituras Infantis - 4º Livro</i>	Agir	1958
<i>Vamos Estudar? - 1ª série primária</i>	Agir	1963
<i>Vamos Estudar? - 3ª série primária (11ª edição especial para o Estado do Paraná)</i>	Agir	1962
<i>Leituras maravilhosas - 2º Livro</i>	Agir	1962
<i>Vamos Estudar? - 4ª série primaria (72ª edição)</i>	Agir	1963
<i>Brasil minha Pátria! Literatura infantil e matérias escolares</i>	Agir	1965
<i>Terra brasileira - 1º Livro</i>	Agir	1969
<i>Riquezas do Brasil - 4º Livro</i>	Agir	1966
<i>Lendas e mitos do Brasil (7ª edição)</i>	Agir	1984
<i>Cartilha maravilhosa: aprendizagem da leitura através dos contos de fadas</i>	Agir	1989
<i>Código de Processo Civil e Legislação (36ª edição)</i>	Saraiva	2004

Fonte: Base de dados Athena (Unesp), Acervus (Unicamp) e Dedalus (USP).

Para a Companhia Editora Nacional, publicou *Contos Cívicos do Brasil* (1955), *Linguagem: gramática, redação, leitura silenciosa* (1956), *Contos Maravilhosos* (1960), *Manual de economia* (1966), *Organização social e política do Brasil (de acordo com a nova Constituição brasileira de 1969)*, *Educação moral e cívica* (1971). Por fim, parece-nos que as mudanças introduzidas pela Lei 5.692/1971, que coincide com o ano de falecimento de Theobaldo Miranda Santos, teriam contribuído para o declínio da extensa e diversificada literatura didática por ele produzida.

2. A RENOVAÇÃO CATÓLICA

2.1 A reação intelectual

Entre as décadas de 1920 e 1960, a ação dos intelectuais católicos direcionou-se para a arquitetura de um projeto eclesial de adaptação do mundo católico aos tempos modernos, porém sem perder a essência da fé cristã e a doutrina da Igreja católica, conforme os postulados de São Tomás de Aquino. Para esses intelectuais, o lugar de difusão do projeto eclesial seria a educação das novas gerações, assim idealizavam a figura do professor como mediador da educação católica. Nesse período, as preocupações da Igreja quanto à relação entre educação e religião compareciam com frequência na obra catequizadora dos papas Pio XII, João XXIII e Paulo VI, entre outros. Para os pensadores católicos, os interesses da eternidade deveriam prevalecer sobre as questões da vida terrena. O fundamento da concepção católica de homem é de Deus como criador supremo do homem e de sua natureza humana; quanto à concepção de sociedade, os pensadores católicos a concebiam como uma hierarquia de funções.

Pela unidade, a sociedade é um organismo, onde o refluxo dos órgãos se une recíproca e interdependentemente pela finalidade comum a todos. Pela variedade, a sociedade é um organismo diferenciado, onde a especialização das funções quebra a uniformidade igualitária, assegurando a execução das tarefas e economia nas forças de produção. (CURY, 1984, p. 47).

Para a pedagogia católica, os valores eram eternos e as verdades absolutas, a educação deveria conduzir o homem a Deus evitando mitificações ou, mesmo, absolutização dos fenômenos relativos, tais como a ciência, a técnica, a cultura, a sociedade (cf. MORAIS, 1984).

Segundo Xavier (1999), a Igreja católica brasileira, “herdeira de longa tradição no campo educacional”, viu seu predomínio ameaçado com a proclamação da República: “Pode-se, contudo, relativizar essa afirmação, pois, se por um lado a Constituição Republicana de 1891 determinava o afastamento entre a Igreja e o Estado, por outro, ampliava a margem de liberdade institucional e organizacional dessa instituição” (p. 39). Para Cury (1984), a República brasileira, ao romper com o Padroado e proclamar a república como regime de governo leigo, possibilitou que a

Igreja Católica reestruturasse a formação religiosa dos quadros eclesiais visando sua ampliação e moralização, bem como o fortalecimento de laços com a Santa Sé Romana.

Em 1916, D. Sebastião Leme publicava uma Pastoral com a finalidade de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime de governo ao mesmo tempo em que afirmava ser a religião católica parte constitutiva da sociedade e do povo brasileiro. Daí a necessidade de levar o Estado a reconhecer o país como uma “nação católica” (CURY, 1984, p. 15).

O Código do Direito Canônico de 1917 e a Encíclica *Divini illius Magistri* elaborada pelo papa Pio XI em 1929, segundo Capalbo (1987), proibiam os católicos de frequentar escolas onde houvesse o princípio de neutralidade em matéria religiosa; particularmente, a encíclica sobre a educação da juventude evocava o princípio de subsidiariedade, o Estado não deveria tomar a seu encargo o que poderia ser feito pelos particulares. Por conseguinte, a encíclica defendia a necessidade de uma escola católica confessional e uma organização escolar que nela incluía professores, programas e livros didáticos, pautada pelo espírito cristão e sob a direção e vigilância da Igreja católica de modo que a religião fosse o fundamento e o coroamento da instrução em todos os graus (CAPALBO, 1978).

Em primeiro lugar, procurou-se recuperar a influência da doutrina católica na educação do povo brasileiro. Para tanto, empreendeu-se a luta contra o ensino leigo intensificando-se paralelamente, as pressões pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas. Em outro plano, articulou-se a demanda por subvenções dos poderes públicos para as escolas confessionais. Por fim, a investida católica junto ao sistema de ensino e às elites intelectuais teriam no projeto de criação de uma universidade católica o coroamento de seus esforços, posto que, por meio da universidade, se daria *o recrutamento e socialização de elites que, orientadas segundo princípios cristãos, se capacitariam para promover a unificação moral do país.* (SALEM apud XAVIER, 1999, p. 41, grifos no original).

A partir da década de 1920, a Igreja católica engajou-se abertamente nos campos político e cultural, e, particularmente, no âmbito do ensino. Para Xavier (1999, p. 39-40), “as estratégias de luta das lideranças católicas – eclesiais e leigas – consubstanciaram um movimento que se convencionou chamar de reação católica”.

Único cardeal latino-americano à época, as proposições de D. Leme ganharam projeção quando foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro; segundo Cury (1984), o cardeal intensificou a transposição do catolicismo universal, isto é, europeu e

especialmente romano, para o catolicismo brasileiro. Para tanto, D. Leme teria sido apoiado por um intelectual recém-convertido ao catolicismo, Jackson de Figueiredo. E sob a liderança do cardeal D. Sebastião Leme, o engajamento resultaria no chamado “renascimento católico” e, com ele, a criação da revista *A Ordem*, em 1921, e a fundação do Centro D. Vital, em 1922, com o intuito de formar quadros católicos atuantes.

Jackson representou no Brasil o pensamento de Joseph de Maistre. Quer dizer, a doutrina da ordem. E quando, em 1921, se fundou a primeira revista de intelectuais católicos no Brasil, Jackson escolheu para título a palavra ordem. Daí até à sua morte prematura e trágica, em 1928, a vida do fundador se confunde com a da sua revista *A Ordem*, e com o Centro Dom Vital, fundado por ele em 1922, contemporaneamente à fundação do Partido Comunista do Brasil. A visão jacksoniana era prevalentemente política. Muito mais do que uma revista cultural, ele queria fazer de *A Ordem* uma revista de orientação política. (VILLAÇA, 2006, p. 14).

Posteriormente, o Centro criou subseções em São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Tal renascimento apregoava o Brasil como nação católica e a necessidade de recristianizar a sociedade visando à unidade espiritual do país e, assim, segundo diagnóstico de D. Leme, superar a crise moral existente. De acordo com Tristão de Athayde, pretendia-se reunir os intelectuais que almejavam reagir contra o materialismo crescente da literatura e da inteligência brasileira.

Apoiado por D. Leme, Jackson de Figueiredo criou a revista *A Ordem* para divulgar o catolicismo renovado e confrontar os pontos de vista contrários à religião católica. Na explicação de Cury, o retorno da Igreja Católica na vida pública (e social) deveu-se a propalada “ameaça comunista” originada pelos imigrantes europeus e setores das classes populares adeptos do socialismo e do anarquismo: “Alia-se à classe dominante, especialmente aos setores oligárquicos e presta-se de um lado a defender a sociedade da ‘ameaça’ e de outro lado ‘cimenta’ o que a lei profana não conseguiria por si só: uma coesão e harmonização entre as classes” (1984, p. 16).

Após a morte de Jackson de Figueiredo em 1928, Tristão de Ataíde, então convertido ao catolicismo, assumiu a direção do Centro D. Vital e redobrou o empenho em cristianizar as elites intelectuais e políticas; com efeito, a chamada “restauração católica” defendia a reconstrução social do mundo com base nos princípios da lei

natural e da lei revelada e tinha como palavra de ordem a restauração de tudo em Cristo, pois a origem de todos os males fora causado pelo esquecimento de Deus: “Só estes princípios garantem que a reconstrução não se faça em bases vãs e falsas, pois restituem ao homem a dimensão natural (imane) e a dimensão sobrenatural (transcendente) arbitrariamente suprimidas pelo racionalismo” (CURY, 1984, p. 40-41).

Em 1931, o Centro D. Vital de São Paulo publicava *Pedagogia da Escola Nova e Debates Pedagógicos* de Tristão de Ataíde, além de *Ensino religioso e ensino leigo*, do padre Leonel Franca, títulos que criticavam os ideais da Escola Nova defensora da laicidade do ensino, coeducação e monopólio da educação pelo Estado. Tais críticas teriam sido ratificadas no Congresso de Educação promovido pelo centro D. Vital de São Paulo, em outubro de 1931 (CAPALBO, 1978, p. 74). Conforme Miceli (1979, p. 53):

Sentindo-se ameaçadas pelas reformas governamentais, pela importação dos métodos pedagógicos norte-americanos (inspirados pelo “pragmatismo” de Dewey e outros) e pela infiltração dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiais se empenharam em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições — a Associação dos Professores Católicos, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, entre outras — capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado cujas pretensões hegemônicas em matéria de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma farta literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja.

Dentre as iniciativas que visavam à renovação católica brasileira buscando formar um laicato vigoroso para o apostolado a fim de estimular a cultura católica junto aos mais diversos segmentos sociais, criou-se a Ação Universitária Católica, a Confederação dos Operários Católicos, o Instituto Católico de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas e a Congregação da Imprensa Católica, cuja principal publicação era a revista *A Ordem* (cf. VILLAÇA, 2006).

2.2 A Revolução de 30 e o ministério de Francisco Campos

Com a Revolução de 1930, a Igreja católica tornou-se uma força social considerável, indispensável ao processo político. Em 1931, Nossa Senhora Aparecida era eleita padroeira oficial do Brasil e ocorriam as solenidades de inauguração do Cristo

Redentor no Corcovado. Em Francisco Campos, titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, a Igreja Católica encontrara aliado: graças ao ministro o ensino religioso facultativo foi reintroduzido nas escolas públicas pelo Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931 – com esse decreto anulava-se a neutralidade escolar perante a religião.

Afinal, a linha da Igreja interessava a diversos grupos da classe dominante. Além disso, a indefinição ideológica inicial dos vitoriosos (não há entre eles ainda um grupo capaz de se impor aos outros), a instabilidade política do regime representam o grande momento de a Igreja voltar ao prosclênio político e exercer influências em vista de seus interesses. O futuro da própria Igreja, única instituição já organizada em todo país, dependeria de como ela trabalhasse esta indefinição e instabilidade. O que daria as linhas de sua relação com o poder temporal do Estado. (CURY, 1984, p. 16-17).

Durante a chamada Era Vargas (1930-1945), o Estado concedeu à Igreja católica uma espécie de reconhecimento oficial, embora certas reservas ainda fossem visíveis de ambos os lados. Na conjuntura demarcada pelas disputas ideológicas e programáticas a respeito da reconstrução nacional, os católicos teriam reagido às ideias de modernização, confrontando as iniciativas de instituição de um sistema nacional de ensino público, gratuito e leigo, tal como propugnavam os educadores signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932.

Para os católicos, o controle do ensino pelo Estado resultaria num absolutismo Pedagógico, próprio das sociedades socialistas: “Em função dessa ideia, procurava-se forjar certa imagem dos pioneiros: a de *preparadores, conscientes ou inconscientes, da pedagogia comunista*” (XAVIER, 1999, p. 42, grifos no original). Na interpretação da autora, Tristão de Ataíde, ou seja, Alceu Amoroso Lima teria empreendido um alerta sobre os “males do modernismo pedagógico burguês difundido pela escola nova”. Nesse alerta, ele teria exaltado a finalidade espiritual da educação ao denunciar como “materialistas aqueles que a interpretavam como um fenômeno social. Na falta de uma moral espiritual, denunciava-se a idolatria da ciência, tomada pelos pioneiros, segundo alguns de seus críticos católicos, como o fundamento da vida, como valor absoluto colocado no lugar de Deus” (1999, p. 42).

Com efeito, em 1935, por exemplo, Tristão de Athayde publicava um artigo criticando a nomeação de Anísio Teixeira para o cargo de Secretário da Educação do

Distrito Federal. Para Tristão de Athayde, Anísio Teixeira, originário de uma pedagogia naturalista e anticristã, no dizer do crítico, teria dificultado o cumprimento do dispositivo constitucional relativo ao ensino religioso nas escolas públicas. Para Athayde, Anísio Teixeira seria um representante do comunismo no Brasil; veemente atribuía a Anísio Teixeira o papel de defensor de uma educação estatal tal como propugnava o marxismo desenfreado que fora se disseminando pela ação das classes educadoras.

2.3 O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Como dito anteriormente, em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lançava as diretrizes de uma política escolar inspirada em “novos ideais pedagógicos e sociais e planejada para a civilização urbana industrial”. Seu objetivo principal era adaptar a educação e a vida “às transformações sociais e econômicas operadas pelos inventos mecânicos que governam as forças naturais e revolucionam nossos hábitos de trabalho, de recreio, de comunicação e de intercâmbio.” (CAPALBO, 1978, p. 74).

O Governo Provisório, nas pessoas de Getúlio Vargas e Francisco Campos, teria solicitado aos presentes na IV Conferência Nacional de Educação promovida pela Associação Brasileira de Educação subsídios para a elaboração de políticas para o setor educacional, em consonância com a Revolução de 1930. De imediato, os apelos não foram atendidos. Após o encerramento da conferência, endereçado à nação e ao povo, viria a público o célebre Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova redigido por Fernando de Azevedo e assinado por Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles, dentre outros.

A publicação do Manifesto foi o momento estratégico utilizado pelos católicos, que, percebendo no texto as frestas que deixaram entrever as oposições internas, passam ao ataque direto, acusando-o de “documento socialista e comunizante”. E, então, apoiados na encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, operacionalizarão suas teses através de D. Leme, Leonel Franca, Tristão de Ataíde e outros. A LEC acelera o tom decisivo com que os católicos entraram em cena. O ano de 1933 marca posições. Afinal, a Constituinte seria o instrumento apto para a elaboração do novo Estado de Direito. De ambos os lados, setores da

sociedade pressionam os constituintes na defesa das respectivas teses, que agora deveriam se esclarecer. (CURY, 1984, p. 23).

Quanto ao projeto dos Pioneiros da Educação Nova, Xavier (1999) assim explica: tal grupo teria atuado nos trabalhos constituintes de 1934, explicitando um pensamento educacional articulado e coerente.

No Manifesto de 1932, a aplicação do conhecimento científico aos estudos pedagógicos, ao planejamento educacional e à administração do ensino escolar aparece como a expressão intelectual da progressiva onda de secularização e racionalização da cultura e como condição essencial para a constituição da sociedade moderna. Ao tonar a ciência como chave para o progresso da humanidade, os pioneiros propunham a intervenção racional no sistema educacional, ampliando-a ao âmbito de uma reforma social, defendendo a instituição de um sistema nacional de ensino que ressaltava, no entanto, o imperativo da doutrina federativa e descentralizadora presente (em seus diferentes matizes) no ideal republicano e democrático. (p. 45).

Prossegue a autora na sua exposição do projeto dos renovadores.

Com base nesses princípios, os pioneiros traçaram uma estratégia de atuação no processo constituinte de 1934, centrando esforços na definição das atribuições do Estado relativas à educação, e, portanto, na questão da centralização ou descentralização da administração do ensino. Eles eram favoráveis à fixação de diretrizes gerais de ensino pela União, além de uma ação supletiva quando necessária, bem como de estimulação do processo educativo por meio de inquéritos, demonstrações e subvenções. Assim, em contrapartida ao centralismo da União, os renovadores enfatizavam o ensino público e a sua autonomização financeira por meio da criação de fundos especiais para a educação e de cotas orçamentárias fixas; a autonomia política seria garantida pela criação de Conselhos Nacional e Estaduais de educação cuja função seria fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela União. (XAVIER, 1999, p. 46-47).

2.4 A Constituição de 1934

É nesse quadro de acontecimentos que a Liga Eleitoral Católica mobilizaria o eleitorado a fim de eleger constituintes afinados com os princípios católicos:

O ano de 1934 traz a Constituição. Nela a Igreja é quase que oficialmente reconhecida. A partir daí, a Igreja preencherá funções cabíveis ao Estado, dar-lhe-á apoio especialmente no setor trabalhista através dos Círculos Operários, e em troca o Estado a apoia, sempre

que possível, dentro do jogo de compromissos que caracterizou o regime. (CURY, 1984, p. 18).

De uma parte, a Constituição de 1934 introduziu princípios democráticos de inspiração liberal, a saber, a educação como direito comum, a garantia de liberdade de ensino e de cátedra, gratuidade e obrigatoriedade do ensino (a começar pelo primário, devendo chegar ao universitário), a criação de fundos especiais para a educação e a criação de bolsas de estudo; de outra, empenhados em intervir na redação dos textos da nova constituição, os católicos enviaram à comissão constituinte o documento intitulado *Reivindicações Católicas*, e paralelamente a isso, organizaram, em nível nacional, a Liga Eleitoral Católica. Esse documento católico reivindicava o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil, a indissolubilidade do laço matrimonial, a incorporação do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a regulamentação da assistência religiosa facultativa às armadas, prisões e hospitais: “Tal ação resultaria na incorporação das principais reivindicações católicas à Constituição de 1934, assim como o reconhecimento constitucional do princípio da colaboração recíproca entre Igreja e Estado.” (XAVIER, 1999, p. 43).

Quanto ao direito à educação, o texto constitucional conciliava políticas opostas, pois determinava que tal direito fosse ser assegurado tanto pela família quanto pelos poderes públicos. Com isso, a função educativa foi atribuída ao Estado e à Família. Por consequência, introduziu-se o ensino religioso nas escolas da rede pública em caráter facultativo, ensino este que deveria constar como matéria regular nos currículos do ensino primário, secundário e normal: “O último foco de resistência à implementação do ensino religioso nas escolas públicas foi o Distrito Federal, onde o diretor da Instrução Pública, Anísio Teixeira, procurava juridicamente a determinação constitucional para os Estados, atrasando a aplicação da lei até o ano de 1937” (XAVIER, 1999, p. 43-44).

Quanto ao ensino universitário, os católicos não teriam sido atendidos, uma vez que a Constituição de 1934 colocara a universidade sob a tutela do Estado. Todavia, num movimento de reação, a Coligação Católica, entidade que reunia a Associação dos Universitários Católicos, o Instituto Católico de Estudos Superiores e a Juventude Universitária Católica, ampliou sua presença no ensino superior.

O Instituto Católico de Estudos Superiores, instituição de excelência na formulação do projeto católico, de acordo com Miceli (1979, p. 52), seria o “[...]”

embrião da futura Pontifícia Universidade Católica”. Ainda conforme o autor, em 1935 os bispos brasileiros promulgariam os estatutos da Ação Católica, montada segundo padrões italianos, com suas instituições fundamentais e ramificadas pelo país “que guardavam certa semelhança com a organização política fascista” (p. 53): Homens de Ação Católica, Liga Feminina da Ação Católica, Juventude Católica e Juventude Feminina Católica.

Nas palavras de Theobaldo Miranda Santos, o Instituto Católico de Estudos Superiores teria por finalidade “revelar os tesouros inexauríveis da cultura cristã”. Em discurso no instituto, fez severas críticas ao que denominou de formalismo da educação: “O ensino ligado a sua mecanização, pelo artificialismo, pela burocratização, pelo divórcio da vida e do espírito” (SANTOS, 1941, p. 153). Por consequência, tal educação não contribuiria para a formação do indivíduo, que era submetido a processos artificiais, tais como o verbalismo, a polimatia e a memorização, processos contrários a autêntica formação humanista. Assim, o melhor meio seria promover uma cultura religiosa superadora da vaidade, do egoísmo e da indiferença; a “[...] formação filosófica é o estandarte da fé pela razão, é o encontro da capacidade crítica, metódica e reflexiva” (SANTOS, 1941, p. 153). Esse realismo cristão teria como base a *philosophia perennis*, daí idealizar o papel do mestre, pois ser professor é, ainda segundo Santos (1941), “proclamar o poder invencível da justiça e a sabedoria eterna do direito. É ser mártir e fertilizar as almas. É ser santo e levar corações a Deus. É ser poeta e salvar o mundo” (p. 160).

Foi nesse contexto de acirramento ideológico que, em 1934, Gustavo Capanema assumiria o Ministério da Educação e Saúde Pública, e nele permaneceria até 1945. Nesse período, elaborou um projeto de centralização política e administrativa dos serviços de educação em perspectiva nacional, como, por exemplo, as Leis Orgânicas do Ensino.

2.5 A lei de diretrizes e bases da educação

No contexto de redemocratização política e social do país, votava-se, em 1946, a quarta constituição brasileira. Quanto à educação, a Carta Constitucional estabelecia, entre outras coisas, a descentralização do ensino, o caráter supletivo do sistema federal na manutenção do ensino, a cooperação da União com os Estados, Distrito Federal e

municípios, a vinculação de recursos para a educação, a assistência aos alunos necessitados, a criação de institutos de pesquisa em anexo às instituições de ensino superior e a competência da União para legislar as diretrizes e bases da educação.

Em 1947, o ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, instalava a comissão destinada à elaboração do projeto da lei de diretrizes e bases da educação. Sob a coordenação geral de Lourenço Filho, eram instaladas três subcomissões: a do Ensino Primário, integrada por Almeida Júnior, presidente, Carneiro Leão, Teixeira de Freitas, Celso Kelly, Agrícola da Câmara Lobo Bethlem; a do Ensino Médio, integrada por Fernando de Azevedo, presidente, Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Goês e Maria Junqueira Schmidt; e a do Ensino Superior, integrada por Pedro Calmon, presidente, Cesário de Andrade, Mário Paulo de Brito, padre Leonel Franca e Levi Fernandes Carneiro. Como se nota, havia dois representantes do pensamento católico: Amoroso Lima e Leonel Franca. Em 1948, a comissão Mariani enviava à Câmara dos Deputados o projeto de lei, cuja tramitação seria longa e tumultuada. Com efeito, apenas em 1961, após introduzir-se um substitutivo ao projeto original, seria aprovada a primeira lei geral da educação no Brasil, isto é, a LDB n. 4024/61.²

Pela Lei de Diretrizes e Bases o ensino privado ganhava em autonomia, equiparava-se ao ensino do Estado e do conceito de público não era mais atributo exclusivo do Estado. A educação é a função pública e esta não é só empreendimento estatal, mas pode ser realizada por todas as forças vivas da nação. (CAPALBO, 1979, p. 77).

Nessa época, a concepção católica de educação revisou suas ideias quanto à participação do Estado na educação; de fato, após o Concílio Vaticano II, realizado em 1959, concluíam-se que, na ordem natural, a educação caberia à família e à sociedade civil (Estado), e, na ordem sobrenatural, à Igreja. Portanto, a fim de garantir a educação cristã como obrigação e direito dos católicos em escolas católicas ou públicas, a Igreja opunha-se ao monopólio estatal da educação. No decorrer dos debates do projeto de lei de diretrizes e bases, os partidários da escola privada uniram-se contra o argumento de que a educação seria unicamente ofertada pelos poderes públicos. Assim observa Capalbo (1978, p. 76): “A liderança em defesa da escola pública foi feita através das

² Para uma análise detalhada dos debates ao longo da tramitação do projeto, ver Buffa (1979) e Saviani (2007).

publicações saídas no jornal *O Estado de S. Paulo*, principalmente por Almeida Júnior, Fernando de Azevedo, Roque Spencer Maciel de Barros, Florestan Fernandes, João Villalobos, Fernando Henrique Cardoso”. Por sua vez, a liderança da escola particular seria representada por Alceu de Amoroso Lima e padre Alonso, a Associação de Educação Católica e o Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino.

Em 1959, em meio aos debates, viria a público o manifesto intitulado “Mais uma vez convocados”, documento em defesa da escola pública, universal e gratuita, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros 160 intelectuais de diferentes gerações, dentre eles alguns dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a saber, o próprio Fernando de Azevedo, Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Anísio Spínola Teixeira, Armanda Álvaro Alberto, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Renato Jardim Moreira, Osvaldo Frota-Pessoa, Celso Kelly, Mário Casassanta, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, além de outros intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Laerte Ramos de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Joel Martins.

3. O TEOR DOS ARTIGOS

3.1 Concepções e argumentos

Theobaldo Miranda Santos, conforme a orientação católica então vigente, alinhou-se à chamada “reação antinaturalista”, “cuja expressão mais forte e legítima é representada hoje pela filosofia neo-escolástica, já se vem delineando, ainda que por trajetórias diferentes e caminhos até mesmo opostos aos da Verdade, em todos os setores da cultura, desde o início do século XX” (SANTOS, 1935, p. 82). Tais ideias constam no texto intitulado “Depoimento” (em *A Ordem*, p. 80-86, jul. 1935). Para ele, o século XIX teria sido o século do absolutismo científico e o século XX, do relativismo científico.

Efetivamente, no século passado, o homem pensou utopicamente ter conquistado o domínio do mundo pela ciência. Envaidecido pela massa de aquisições científicas julgou-se um semideus. Teve a ilusão de ter virado a Verdade pelo avesso. Supôs o universo um simples brinquedo em suas mãos. Empolgou nessa ocasião a humanidade uma rajada nas possibilidades da ciência.

A filosofia que não deve ser um simples corolário da técnica experimental, nem uma mera sistematização de ciências, mas um élan para o absoluto, uma ascensão para o transcendental e, sobretudo, uma concepção total da realidade, tornou-se apegada ao puro fenomenismo dos fatos, escrava da objetividade e das aparências, manietada absurdamente às coisas tangíveis e transitórias; comodamente, burguesmente, sem nenhuma tentativa de escalada para o suprassensível e para o extrafenomenal.

A filosofia oficial do século passado, nada mais foi do que simples subsidiária do laboratório. (SANTOS, 1935, p. 82).

Na sua visão, a corrente filosófica que melhor combatia o naturalismo filosófico era a neotomista, denominada de *philosophia perennis*: “[...] síntese maravilhosa e eterna porque dimana da própria Verdade, e que conta legítimos representantes no Brasil, como sejam, Leonel Franca, Alexandre Correia, Rui Barbosa de Campos e outros, entre os quais, vós, Alceu de Amoroso Lima.” (SANTOS, 1935, p. 85).

Diante de todas essas manifestações eloquentes e inconstrutíveis da falência do absolutismo científico e do naturalismo filosófico em todas as suas formas, diante do reflorescimento cada vez maior do espiritualismo cuja expressão mais pura e legítima se encontra na filosofia tomista e na fé católica, somente o comodismo sibarita do

que preferem sorrir a pesquisa a Verdade ou a obsessão materialista dos que se contentam com as formas exteriores e efêmeras do mundo objetivo, poderão explicar a existência de espíritos que ainda seguem o plano espiritual da realidade e o sentido sobrenatural da vida humana. (SANTOS, 1935, p. 86).

Em “Pela educação cristã” (em *A Ordem*, p. 447-451, maio 1937), Theobaldo Miranda Santos proferia uma mensagem cristã para as formadas de 1937; dentre outros, enumerava as virtudes do professor, o amor, transformava a educação em dádiva única e paz divina. Daí estipular simultaneamente a educação como arte, ciência e filosofia, qualidades pautadas em finalidades diretoras de modo a transformar a pedagogia em pedagogia *perennis*, para ele campo de conhecimento completo e harmonioso por ter como base a filosofia integral.

A pedagogia cristã prepararia o corpo e o espírito do educando na totalidade de seus atributos físicos, intelectuais e morais e não apenas em uma parte desses atributos. Por fim, assim concluía quanto às concepções denominadas de naturalismo pedagógico e humanismo pedagógico, a primeira concepção subordinava Deus ao homem e este à natureza, enquanto a segunda subordinaria a natureza ao homem e este a Deus.

Nesse quadro de especulações filosóficas e pedagógicas, em discurso de paraninfo proferido na Escola Normal Oficial de Campos, publicado posteriormente sob o título Ainda em “Pela educação cristã” Theobaldo Miranda Santos definiu sua concepção de educação caracterizando-a como obra de ciência e de amor visando plasmar a personalidade integral das novas gerações. Para tanto, havia a necessidade de conhecer a alma infantil pela via dos fundamentos científicos da educação. A seu ver, a educação não era apenas uma arte e uma ciência, mas, sobretudo, uma filosofia dos fins, portanto comportava necessariamente uma finalidade e um ideal de formação. Daí existir na base de cada sistema educativo uma concepção de vida, por conseguinte, toda a obra pedagógica dependeria do conceito que o educador teria da vida do homem e do universo.

Ora de acordo com a sua concepção de vida, podemos distinguir no mundo contemporâneo duas posições fundamentais da filosofia pedagógica: o naturalismo pedagógico e o humanismo pedagógico. O primeiro subordina Deus ao homem e este a natureza; o segundo subordina a natureza ao homem e este a Deus. Na corrente naturalista, vamos encontrar o naturalismo pedagógico propriamente dito, o pragmatismo o individualismo pedagógico e o socialismo pedagógico. Naturalistas e agnósticas, todas essas correntes que repudiam o

primado dos valores espirituais, conduzem, pela lógica do erro, inflexível e fatal, ao materialismo pedagógico integral que é a expressão da educação marxista ou soviética.

Ao contrário das correntes pedagógicas naturalistas, todas elas colimando finalidades unilaterais, o humanismo pedagógico visa a formação integral da personalidade humana e a plena expansão dos seus valores.

O seu ideal é a preparação do corpo e do espírito do educando na totalidade de seus atributos físicos, intelectuais e morais e não uma parte deles, como faz o naturalismo pedagógico que só visa “hábitos”, o socialismo pedagógico que só colima a “sociedade”, e o marxismo pedagógico que só se preocupa com a “técnica da produção”. (Santos, 1937, p. 449).

Santos reiterava sua convicção pessoal; a expressão mais perfeita e pura da corrente humanista seria a pedagogia cristã, melhor, a *philosophia perennis* completa e harmoniosa, pois era fundada numa filosofia integral da vida e do universo e sobre a concepção racional da natureza humana, e assim capaz de preparar a criança para os dois planos ontológicos da existência, a saber, o natural e o espiritual, realizando as três formas fundamentais da educação: a educação física, na ordem da natureza, a educação intelectual, na ordem das ideias, e a educação moral, na ordem dos deveres.

Não penseis que a pedagogia cristã despreza as conquistas científicas da educação renovada. Pelo contrário, ela acompanha com interesse e carinho a evolução dos métodos pedagógicos modernos, fazendo ela própria pesquisas sistemáticas em torno da psicologia infantil e das novas técnicas da aprendizagem. Mas ao invés de fazer desses métodos científicos o meio e o fim da educação, como o fazem, por exemplo, um Decroly ou um Dewey, ela subordina esses métodos às suas finalidades, aos seus ideais que transcendem ao efêmero, ao aparente, ao acidental da existência terrena. (SANTOS, 1937, p. 451).

Em “A pedagogia e a filosofia” (em *A Ordem*, p. 46-56, jan. 1940.), Theobaldo Miranda Santos reafirmava suas convicções, as teorias a respeito do social, da política, da economia e da pedagogia comportavam explícita ou implicitamente uma concepção de vida, ou seja, de uma determinada filosofia: “E principalmente sobre o terreno da educação que essa influência dominadora da filosofia se faz sentir de maneira viva e intensa. Toda teoria pedagógica é fruto de uma concepção de vida. É este o *leit-motiv* da obra magistral de De Hovre. Pois na sua opinião, a escola não é uma força criadora e sim uma força conservadora” (p. 44).

Assim, a pedagogia seria uma ciência do espírito cujo progresso resultava não apenas da força criadora própria do gênero humana, mas, sobretudo, da tradição, da

continuidade e da conservação: “[...] a importância fundamental da história na pedagogia para o conhecimento da pedagogia sistemática. [...] O estudo da evolução histórica das formas e tipos de educação constitui, assim uma propedêutica indispensável, uma introdução obrigatória ao estudo da pedagogia geral” (SANTOS, 1940, p. 45). Por conseguinte, seria possível distinguir três concepções fundamentais de vida, e em cada uma seria possível atribuir uma atitude do homem em face do problema divino, a saber: na concepção pagã de vida, o homem confunde Deus com o mundo e consigo mesmo; na concepção de transcendentalista da vida, o homem considera Deus como realidade suprema e distinta de si mesmo e do mundo; por fim, na concepção naturalista da vida, o homem nega a Deus, imanente ou transcendente, e considera a si mesmo e ao mundo como as únicas realidades existentes.

A concepção pagã teria predominado na Antiguidade Oriental e Clássica, a transcendentalista, na Idade Média, enquanto a naturalista predominaria desde o Renascimento até a contemporaneidade. Por refletirem as concepções de vida, as doutrinas pedagógicas vivenciaram três etapas na sua evolução histórica, o paganismo pedagógico, o transcendentalismo pedagógico e o naturalismo pedagógico.

Ao oferecer ao leitor um quadro histórico-evolutivo, Theobaldo Miranda Santos subdividia o paganismo pedagógico em: (i) o tradicionalismo pedagógico, por sua vez subdividido em educação hindu (tradicionalismo filosófico), educação chinesa (tradicionalismo político), educação egípcia (tradicionalismo científico), educação hebraica, (tradicionalismo religioso), educação persa (tradicionalismo moral); (ii) o humanismo pedagógico, subdividido em educação grega (ateniense) e educação greco-romana.

No transcendentalismo pedagógico, o autor destacava duas formas de educação: (i) o cristianismo pedagógico representado pelas educação patrística, educação monástica e educação escolástica; (ii) o medievalismo pedagógico, representado pela educação feudal ou cavalheiresca e pela educação árabe ou islâmica.

O naturalismo pedagógico, por sua vez, teria se desdobrado em numerosas formas de educação, que se sucederam ou se interpenetraram, seja negando ou acentuando as ideias fundamentais das formas anteriores. Para o autor, as principais formas e tipos de educação representativos do naturalismo moderno seriam: (i) o neo-humanismo pedagógico, subdividido em educação renascentista, educação reformista, educação contrarreformista e educação jansenista; (ii) o naturalismo pedagógico,

subdividido em educação realista, educação disciplinar, educação pietista, educação enciclopedista, educação naturalista, educação filantropista, educação idealista, educação psicológica, educação científicista e educação espiritualista (reação cristã); (iii) o neonaturalismo pedagógico, do século XX, no qual se destacam a educação individualista, a educação socialista, a educação nacionalista, e a educação pragmatista, “[...] menos um tipo definido de educação do que uma tendência geral de todos os tipos neonaturalistas”; iv) o antinaturalismo pedagógico, “[...] tendência que reage contra o naturalismo pedagógico do século atual e que se divide em três tipos principais de educação: a educação humanista cristã, a educação espiritualista a cristã e a educação neoidealista” (SANTOS, 1940, p. 48).

Em “Será a pedagogia uma ciência?” (em *A Ordem*, p. 135-140, nov. 1942), Theobaldo Miranda Santos escrevia que a ciência moderna carregava consigo uma explicação integral do universo. Para ele, tal afirmação sobre a racionalidade total do universo traduzia uma concepção embasada na matematização do pensamento científico. Daí escrever que em Husserl, por exemplo, as ciências teriam a necessidade de ser aperfeiçoadas teoricamente pela filosofia.

No dizer do autor, para S. Tomás, o objeto material da filosofia seria tudo o que existisse e que fosse acessível à inteligência humana, assim a filosofia buscaria auxílio nas ciências particulares, nas quais cada especificação constituía uma especialização. Jacques Maritain teria afirmado que “[...] todo período da cultura em que a filosofia não exerce sobre as ciências a sua soberania incontestável, acarreta fatalmente um estudo de desordem, de anarquia e de enfraquecimento da inteligência” (SANTOS, 1942, p. 137).

Por sua vez, os naturalistas viam a pedagogia como uma ciência natural que, ao estudar os fatos positivos da educação, formulava regras de ação embasadas nas ciências naturais. Assim, os pragmatistas defendiam uma ciência da educação, enquanto que os sociologistas que consideravam a educação como fenômeno social concebiam a pedagogia como sociologia da educação.

Para nosso autor, seria na filosofia que a pedagogia deveria colher os elementos tanto para a sua formulação quanto para seus ideais e finalidades, e, sobretudo, para os conceitos de homem, vida e universo. Daí nosso autor assim concluir: “[...] as ciências tem necessidades de serem aperfeiçoadas teoricamente pela filosofia [...] a pedagogia, ciência normativa, tem por objetivo, não descrever os fatos educativos, mas traçar normas de ação para os mesmos [...] eis porque o empirismo é incapaz de, por si só,

construir a pedagogia [...] a descrição fenomenológica do processo educativo nos mostra que a educação é um fato inerente á própria vida, uma função da comunidade, uma exigência da dinâmica da cultura [...] seu objeto não é um objeto material simples, mas sim um objeto formal unitário” (1942, p. 136-139). Na conceituação de Theobaldo Miranda Santos, a pedagogia seria uma ciência autônoma.

Sob o lema “Pedagogia sem filosofia não é pedagogia” (em *A Ordem*, “A pedagogia e a filosofia”, p. 46-54, jan. 1940), Theobaldo Miranda Santos concluía que era uma ilusão acreditar numa escola neutra e numa pedagogia exclusivamente técnica: “Ora, a educação é uma atividade essencialmente normativa que se processa sempre no sentido de determinados fins. Educar é formar de acordo com um ideal” (SANTOS, 1940, p. 53). A seu ver, toda pedagogia possuía sua metafísica, assim toda educação se fundamentaria necessariamente numa concepção de homem, vida e universo, donde ser impossível conceber uma pedagogia neutra.

É que o homem possui uma tendência irreprimível para o absoluto. Quando não adora Deus, adora um Deus. É o que Hovre põe em relevo ao nos lembrar que Spencer diviniza a Natureza; Comte, a Humanidade; Freud, a vida sexual; Dewey e Durkheim, a sociedade; Winneken, a comunidade Escolar; Rousseau, a Liberdade, Wundt, a Cultura; Emerson, o Indivíduo; Nietzsche, o Super-homem, Schopenhauer, a Vontade; Hegel, o Intelecto; Kant, a Autodeterminação moral; Hartmann, o inconsciente. Em suma, pedagogia sem filosofia não é pedagogia. (SANTOS, 1940, p. 40).

Em “John Dewey e a educação” (em *A Ordem*, p. 396-404, abr./maio 1944)³, nosso autor afirmava que o pragmatismo seria a doutrina filosófica que mais teria influenciado as novas teorias da educação: “Apesar de suas ligações íntimas com o naturalismo do século passado, contudo contra cujos postulados, aliás, se vem levantando as correntes filosóficas mais autorizadas da atualidade, é ela que ainda informa e orienta a maioria das teses da educação contemporânea ou educação renovada” (SANTOS, 144, p. 400). E concluía:

Daí a observação acertada que ainda há pouco fazia Luzuriaga a respeito do atraso filosófico da pedagogia moderna cujos pontos de vista ainda se inspiram, realmente, em princípios filosóficos

³ Publicado anteriormente na *Revista de Educação Pública*, n.1, jan./mar. 1943. Nessa ocasião, Theobaldo Miranda Santos ocupava o cargo de diretor do Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal.

anacrônicos e ultrapassados. Donde se pode afirmar, com razão que nada existe de mais no século XIX do que a pedagogia do século XX. (SANTOS, 1940, p. 126).

Como se vê pelas breves sínteses aqui apresentadas, os artigos publicados na revista *A Ordem* nos coloca diante de um autor católico decididamente empenhado em demonstrar a superioridade da *philosophia perennis* e da atualidade do pensamento de São Tomás de Aquino, tal como apregoada por Franz De Hovre. Vale notar que Villaça (2006) fez constar Theobaldo Miranda Santos no rol dos chamados “tomistas de ontem e de hoje”.

Segunda parte

4. AS DISCIPLINAS FILOSOFIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

4.1 A institucionalização das disciplinas

Conforme Evaristo Moraes Filho (1959) o ensino de Filosofia constava obrigatoriamente nos currículos dos liceus e ginásios de diversas províncias do Brasil Império, mais pontualmente, em São Paulo e Ceará desde 1831, na Bahia desde 1836, em Pernambuco e Minas Gerais desde 1837, no Maranhão desde em 1838, no Rio de Janeiro desde 1847, no Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul desde 1851.

A época os professores que se destacavam no ensino de Filosofia eram o padre Diogo Feijó, em Itu, no interior paulista, e frei Francisco Mont'Alverne, na Corte, pregador na capela régia, e professor no Seminário S. José.

De orientação aristotélico-tomista o manual *Genuense* era o mais utilizado, todavia, havia outros manuais de igual importância, a saber, *Compêndio de filosofia*, de Manuel de Moraes e Vale (1851), *Compêndio de filosofia*, de D. José Afonso de Moraes Torres (1852), tradução de *Institutiones logicae et metaphysicae* do jesuíta austríaco Sigismund Storchenau, *Compêndio de filosofia*, de Mont'Alverne (1859), *Compêndio de filosofia ordenado segundo os princípios e o método do doutor Angélico S. Tomás de Aquino*, (1867), *Lições de filosofia elementar racional e moral* (1876), ambos de autoria de José Soriano de Sousa.

Ainda conforme Moraes Filho a reforma do ensino primário e secundário na Corte e do superior em todo o país realizada pelo ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho (Decreto n. 7.247 de 1879), manteve a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, instituição que servia de modelo para os liceus e os colégios provinciais, e incluiu o ensino da referida disciplina no currículo das Escolas Normais do Estado.

Na etapa republicana, Moraes Filho assinalou que a Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, regulamentada pelo Decreto n. 8.669, de 5 de abril de 1911, não manteve a disciplina Filosofia no currículo do Colégio Pedro II, todavia, anos depois, o Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, introduziu no currículo do Colégio Pedro II a disciplina História da Filosofia: “Haverá um curso facultativo de Psicologia, Lógica e História da Filosofia por meio da exposição das doutrinas das principais escolas filosóficas”. (MORAES FILHO, 1959, p.10) Por sua vez, a reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925) instituiu no curso secundário as

cadeiras de Filosofia e História da Filosofia, e no ensino jurídico, a cadeira de Filosofia do Direito.

A reforma realizada Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931) reorganizou o curso secundário em dois ciclos, o ginásial e o colegial. No currículo do colegial constavam as disciplinas Psicologia, Lógica e História da Filosofia.

Em 1934 ocorreu simultaneamente a fundação da Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, esta última graças as iniciativas de Anísio Teixeira. Na UDF a disciplina Filosofia era ministrada na Escola de Economia e Direito e na Faculdade de Filosofia e Letras, sob a responsabilidade de professores franceses, Etienne Souriau e Émile Bréhier.

A Faculdade de Filosofia da UDF estava estruturada em seções especializadas, a saber, Seção de Filosofia, Seção de Ciências Sociais, Seção de Letras e Seção de Pedagogia. No currículo do curso de Filosofia constavam as seguintes disciplinas, na 1ª série, Introdução à Filosofia, Psicologia, Lógica e História da Filosofia; na 2ª série, Psicologia, Sociologia e História da Filosofia; na 3ª série, Psicologia, Ética, Estética e Filosofia Geral. Nos cursos de Ciências Sociais e de Pedagogia, História da Filosofia constava como disciplina obrigatória, sendo ministrada por André Poirier.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942), baixada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação, manteve a organização do curso secundário em dois ciclos: o ginásial e o colegial. O colegial comportava dois ramos de ensino, o Clássico e o Científico; em ambos os cursos constava disciplina Filosofia obrigatória. As instruções metodológicas para a execução do programa de Filosofia estipulavam que: “O ensino da filosofia, no curso secundário, tem por finalidade coroar a formação cultural e moral dos alunos. Por isso unificadamente lhes apresenta, em conclusões harmoniosas, o conteúdo do saber humano, fundadamente repensado.” (apud MORAES FILHO, 1959, p.20).

Em seu estudo, notou Moraes Filho que a disciplina Filosofia não chegou a ser introduzida no currículo do Curso Normal, do Distrito Federal; com efeito, o Regulamento do Ensino Normal (Decreto n. 9.529, de 28 de dezembro de 1948), e as Instruções do Secretário Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal não incluíram a disciplina. Todavia, o artigo 18 do Decreto n. 9.529 estipulava que na formação dos professores primários constariam disciplinas próximas à Filosofia, ou

seja, Psicologia Educacional, História da Educação e Filosofia da Educação; ao regulamentar os cursos de especialização e aperfeiçoamento do magistério, esse mesmo decreto introduziu no currículos de tais curso, o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia da Educação.

Em 1937, a Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, modificou a denominação da Universidade do Rio de Janeiro para Universidade do Brasil, e nela instalou a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras (Decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939). A FNF tinha por finalidade preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica, preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e realizar pesquisas nos vários domínios da cultura.

Ao encerrar suas reflexões, Moraes Filho explicava que no curso de FNF, a seriação das disciplinas era seguinte, na 1ª série, Introdução à Filosofia, Lógica, Psicologia (geral); na 2ª série, Filosofia geral (teoria do conhecimento), Psicologia (especial), História da Filosofia (antiga e medieval), Sociologia; na 3ª série, Filosofia Geral (metafísica), Psicologia (especial), História da Filosofia (moderna), Estética; na 4ª série, Filosofia da Natureza, Ética; História da Filosofia (contemporânea) e Filosofia Social.

No Curso de Física a disciplina Filosofia da Natureza era eletiva; nos Cursos de Ciências Sociais e de Pedagogia a disciplina História da Filosofia era obrigatória; no Curso de Ciências Sociais a disciplina Ética era obrigatória; e, por fim, no Curso de Pedagogia a disciplina Filosofia da Educação era igualmente obrigatória.

Por sua vez, a Seção de Pedagogia estava estruturada em dois ramos, o Curso de Pedagogia destinado a formação de bacharéis em Pedagogia, e a Seção de Didática para a formação de licenciados.

No currículo do Curso de Pedagogia constava a seguinte seriação de matérias, na 1ª série, Complementos de Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia Educacional; na 2ª série, Estatística Educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar; na 3ª série, História da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Educação Comparada e Filosofia da Educação.

No currículo da Seção de Didática constavam as disciplinas Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação.

Note-se que as disciplinas Filosofia da Educação e História da Educação constavam numa única cadeira sob a responsabilidade de um professor-catedrático.

Segundo o autor, em 1956, o país possuía 50 Faculdades de Filosofia, assim distribuídas: Pará, 1; Maranhão, 1; Ceará, 1; Rio Grande do Norte, 1; Paraíba, 3; Pernambuco, 3; Alagoas, 1; Sergipe, 1; Bahia, 2; Minas Gerais, 5; Espírito Santo, 1; Rio de Janeiro, 3; Distrito Federal, 4; São Paulo, 10; Paraná, 3; Santa Catarina, 1; Rio Grande do Sul, 8; Goiás, 1. E com base nos dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, do IBGE, o autor contabilizava aproximadamente 1.010 alunos matriculados nos Cursos de Filosofia, sendo 277 em estabelecimentos federais, 145 em estaduais, 588 em particulares na sua maioria de orientação católica.

Apesar de numericamente pequena a quantidade de alunos matriculados em cursos de Filosofia, nota-se que comparativamente aos outros cursos é de certa maneira animadora a sua frequência. Mantêm-se na sua frente os cursos de pedagogia, línguas neolatinas, geografia e história e letras anglo-germânicas; ficando na sua retaguarda, em ordem decrescente os cursos de história natural, matemática, letras clássicas, história, ciências sociais, geografia, física, química e geologia. (MORAES FILHO, p. 25).

Ao encerrar suas reflexões, Moraes Filho assim se referia ao ensino da Filosofia: tanto no secundário como no superior, tal ensino revestia-se de “acentuado cunho enciclopédico”. Crítica que segundo ele fora enunciada no passado por Sívio Romero em *A Filosofia e o ensino secundário em 1889*.

Permanece de pé a velha crítica de Tobias Barreto. A rigor, dada a extensão dos programas e a sua apresentação convencional de definições, classificações, memorizações, não poderão eles atingir os seus objetivos, nem chegar a integrar-se, como cultura última, na personalidade dos alunos. Ademais, com exceção dos cursos de filosofia, pedagogia e matemática, das Faculdades de Filosofia, não se inclui a filosofia como matéria indispensável aos exames vestibulares. Simples preparatório perdido no meio do currículo, assim é e permanece a filosofia fazendo meramente número, entre as demais disciplinas. Quer dizer, não chega a desempenhar, como se propunha, nenhuma função importante na formação intelectual e moral do adolescente, objetivo precípua do curso secundário. (MORAES FILHO, 1959, p.31).

E prosseguia citando as palavras do padre Leonel Franca constantes em *Noções de História da filosofia*: “Quase nada encontramos feito acerca da história da filosofia no Brasil. Neste gênero só conhecemos o livrinho de Silvio Romero, a *Filosofia no Brasil*, publicado em 1878 e contendo o estudo de 10 autores”. (p. 32) Ao mesmo tempo Moraes Filho ressaltava as contribuições filosóficas de Miguel Reale, Almeida Magalhães, J. C. de Oliveira Torres, João Cruz Costa, Ivan Lins, Jamil A. Haddad, Luís Washington Vita, Renato C. Czerna, Sílvio Rabelo, Hermes Lima, Laerte Ramos de Carvalho, e a excelência dos manuais de ensino *Filosofia e História da Filosofia*, de Theobaldo Miranda Santos, do *Manual de filosofia*, de H. Padovani e *História da filosofia*, de L. Castagnola.

Por fim, é preciso assinalar que a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n. 8.350, de 2 de janeiro de 1946) introduziu no currículo do Curso Normal as disciplinas matérias História da Educação e Filosofia da Educação.

4.2 A disciplina Filosofia da Educação: o caso paulista

Segundo Kuntz Busch (1935) a reforma de todos os ramos de ensino instituída pelo Código de Educação (Decreto n. 5.8884, de 21 de abril de 1933) na administração de Fernando de Azevedo à frente do Departamento de Ensino de São Paulo, transformou o Instituto Pedagógico, criado por Lourenço Filho em 1931, em Instituto de Educação “Caetano de Campos”, o qual comportava uma Escola de Professores estruturada em níveis e objetivos diversificados, (i) um curso para formação de professores primários, (ii) um curso de nível universitário para a formação pedagógica de professores secundários, (iii) um curso para a formação de inspetores e diretores escolares, e (iv) cursos de aperfeiçoamento para o magistério.

A organização do Instituto de Educação seguia o modelo do Teachers College da Universidade de Columbia, ou seja, adotava o modelo de seções de ensino sob a regência de um professor-chefe auxiliado por assistentes. O modelo era este: 1ª Seção Educação, 2ª Seção Biologia Aplicada, 3ª Seção Sociologia, 4ª Seção Estatística aplicada à Educação.

No currículo da Seção de Educação constavam as disciplinas Psicologia, Pedagogia, e Organização Escolar; na Seção de Biologia Aplicada, as disciplinas

Fisiologia e Higiene da Criança; na Seção de Sociologia, as disciplinas Fundamentos da Ciência Sociológica e Investigações Sociais.

A partir do 2º ano os estudos assumiam a função de conhecimentos aplicados. Na 1ª Seção constavam as disciplinas Psicologia Educacional, Pedagogia e Prática de Ensino; na 2ª seção, Estudo do Crescimento Físico da Criança e de Higiene na escola; na 3ª seção, Sociologia Educacional.

Em 1934 a Escola de Professores do Instituto de Educação foi integrada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, basicamente a Escola de Professores constituía um curso superior para a formação de professores primários, secundários e de administradores de ensino.

Organizado sobre bases científicas hodiernas, ele funciona no edifício da antiga Escola Normal de S. Paulo, realizado, presentemente, com amplitude de compreensão funcional, o pensamento do legislador paulista desde 1892, que, pelo art.31 da Lei 88, autorizou a instrução de um Curso Superior de 2 anos anexo a dita Escola Normal, para aperfeiçoar a cultura literário-científica dos professores, disposição essa conservada nas Lei do Ensino, de 1912 e refundida pela Lei n.1.750, de 8 de dezembro de 1920 (reforma Sampaio Dória), que criou, mas não foi instalada, a Faculdade de Educação, para servir de instituto de aperfeiçoamento pedagógico e de cultura geral dos professores. (BUSCH, 1935, p. 68-69).

A Escola de Professores oferecia (i) cursos regulares para a formação de professores primários, formação pedagógica de professores secundários e formação de administradores escolares; (ii) cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional para aprofundamento das bases científicas e dos fins e das técnicas de educação; (iii) cursos de especialização destinados a formação de técnicos para atividades educacionais especializadas; (iv) cursos livres sobre assuntos de interesse geral e/ou relacionados com o programa dos cursos normais e cursos de extensão universitária.

No currículo do curso de formação de professores primários constavam as seguintes disciplinas, no 1º ano, Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Matéria e Prática de Ensino Primário; no 2º ano, Biologia Educacional (Higiene escolar), Psicologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Educação Comparada, Matérias auxiliares e Prática de Ensino Primário.

Destinado aos alunos formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o currículo do curso de formação pedagógica ministrava no 1º semestre, as disciplinas

Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino Secundário; no 2º semestre, História e Filosofia da Educação, Educação Secundária Comparada, Metodologia do Ensino Secundário.

O currículo do curso para a formação de administradores escolares, ou seja, inspetores e diretores de escolas, ofertava no 1º ano, Biologia Educacional (Higiene escolar), Psicologia Educacional, Estatística, Administração e Legislação Escolar; no 2º ano, Sociologia Educacional, Filosofia da Educação, Educação Comparada, Administração e Legislação escolar.

Conforme Kuntz Busch, em 1935 era criada a 4ª Seção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ou seja, a Seção de Pedagogia, posteriormente convertida em Departamento de Educação. De modo geral, segundo o autor, atribuía-se a disciplina Filosofia da Educação a reflexão crítica e filosófica no trato das questões escolares e educacionais. Nas palavras de Severino (2000) tal disciplina era permeável ao tomismo e ao neotomismo.

4.3 Os pareceres do Conselho Federal de Educação

Decorrente da recomposição do ensino promovida pela Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024/61, o Parecer 251/62 exarado pelo Conselho Federal de Educação introduziu alterações no Curso de Pedagogia: além de formar o “técnico em Educação” formava os professores das disciplinas pedagógicas do Curso Normal.

No currículo do Curso de Pedagogia constavam as disciplinas Psicologia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar.

No rol das optativas constavam as disciplinas História da Filosofia, Biologia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais em educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução a Orientação Educacional.

Ao diplomado em Pedagogia seria conferido o título de Licenciado, desde que cursasse as disciplinas Didática e Prática de Ensino.

Em decorrência da reforma universitária (Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968) o Parecer n. 252/69 exarado pelo Conselho Federal de Educação aboliu a distinção entre o bacharelado e a licenciatura.

O Curso de Pedagogia além de formar professores para as disciplinas pedagógicas constantes no currículo do curso normal forneceria habilitações em Orientação Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar. Nesse quadro de mudanças e reorientações legais, a Filosofia da Educação permaneceu integrada no núcleo comum das disciplinas do curso, a saber, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História da Educação e Didática.

5. A COMPANHIA EDITORA NACIONAL

5.1 A trajetória da editora

A criação da Companhia Editora Nacional ocorreu após a crise da Companhia Gráfica-Editora Monteiro Lobato. De imediato a nova editora foi dirigida por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Em 1929, em meio à quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, Monteiro Lobato teve que vender suas ações na CEN, ações que representavam 50% do capital da editora: “Todo o trabalho efetivo de construir a nova companhia coube a Octalles.”

Em novembro de 1925, a Companhia Editora Nacional já estava constituída e preparava-se para iniciar seu programa editorial com cinco mil exemplares de uma versão, sob a supervisão de Lobato, do primeiro de todos os livros escritos sobre o Brasil, o relato de Hans Staden de sua aventura entre canibais, no século dezesseis, *Meu cativo entre os selvagens brasileiros*. (HALLEWELL, 1985, 269).

Ainda segundo Laurence Hallewell, Octalles Marcondes foi um editor competente e atualizado, tornando-se responsável por aproximadamente um terço de toda a produção editorial do país: “Já no início dos anos 30, a Companhia Editora Nacional se tornara a maior editora de livros de São Paulo, sobrevivendo às vicissitudes da revolução de 1930” (HALLEWELL, 1985, p. 292).

As transformações do panorama editorial se devem, de outro lado, às mudanças por que passava o sistema de ensino. A abertura das primeiras faculdade de educação, de filosofia, ciências e letras, a criação de novos cursos superiores, a reforma dos currículos com a introdução de novas disciplinas, os impulsos que recebeu o ensino técnico e profissionalizante, decerto moldaram o ritmo e as feições que assumiu o surto editorial. A farta produção de obras pedagógicas

acompanhou de perto os lances do enfrentamento entre as diversas correntes de educadores profissionais que buscavam firmar suas posições diante das reformas empreendidas pelo Estado. (MICELI, 1979, p.89).

Para Toledo: “A atuação da Companhia Editora Nacional entre 1920 e 1970, marcou a história da cultura brasileira. Por meio de seus projetos editoriais e seu abrangente catálogo publicou autores, ilustradores e editores que eram referências abalizadas em diferentes áreas do conhecimento: No catálogo da Nacional de 1939, os livros estão dispostos em vinte coleções diferentes, definidas de acordo com os interesses do leitor almejado.” (2010, p.139-142). Assim, segundo a autora, com base no catálogo geral da CEN, anos 1939-1940, eram estes os projetos editoriais: “Coleção Para Todos”, “Série Negra”, “Biblioteca para Moças”, “Coleção Terramarear”, “Literatura Infantil”, “Livros Didáticos”, “Atualidades Pedagógicas”, “Iniciação Científica”, “Brasiliana”, “Biblioteca de Estudos Comerciais e Econômicos”, “Biblioteca de Cultura Jurídica e Social”, “Biblioteca do Espírito Moderno”, “Biblioteca Médica Brasileira”, “Coleção Cristina”, “Coleção Viagens”, “Coleção Os Mais Belos Poemas de Amor”, “Coleção Os Grandes Livros Brasileiros” e “Coleção Livros do Brasil, Romances do Povo”.

Na condição de editores dos projetos editoriais compareciam intelectuais representativos: Hermes Lima, na “Biblioteca de Cultura Jurídica e Social”; Anísio Teixeira, na “Biblioteca do Espírito Moderno”; Barbosa Correia, na “Biblioteca Médica”, e Fernando de Azevedo, nas cinco séries da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”.

As três maiores editoras – pela ordem, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, Editora Globo e Livraria José Olympio Editora – constituem os principais investidores na publicação de obras de ficção, nacionais e estrangeiras, embora cada uma delas aplique recursos segundo estratégias distintas. A companhia Editora Nacional concentra seus investimentos na produção dos gêneros de maior rentabilidade no mercado (a saber, ficção e didáticos), enquanto a editora Globo, não podendo contar com um público especializado de leitores fieis, se empenha em repartir seus investimentos entre diversos gêneros (a saber, livros infantis, manuais de viver, livros didáticos, etc.) com taxas de lucros bastante desiguais, buscando assim compensar sua relativa distância geográfica dos principais centros internos de produção cultural. O terceiro posto da editora José Olympio se deve, de um lado, aos investimentos seguros no gênero mais rentável (romances) e, de outro, à sua proximidade das

instituições que detinham o poder intelectual (a Academia Brasileira de Letras) e o poder políticos: inúmeros políticos pertencentes à “casa” ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instancias decisórias do governo central. As posições das editoras Melhoramentos, Francisco Alves e Freitas Bastos, resultaram de sua especialização, respectivamente nas áreas do livro infantil, das obras didáticas e das obras jurídicas [...]A produção e o consumo dessas obras destinadas aos diversos segmentos do público escolar, são reguladas, em medida significativa, pelos critérios de legitimidade invocados por grupos de agentes cujos interesses em preservar posições de que desfrutam exigem a manutenção de uma reserva de mercado para as obras que produzem, e a comercialização da autoridade intelectual de que se revestem os juízos que externam. (MICELI, 1979, p.89-91).

Em 1974, a Companhia Editora Nacional foi adquirida pelo equivalente a US\$ 16 milhões pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; esta medida foi tomada para que a editora não fosse comprada por uma empresa estrangeira. Em 1980, o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP) comprou a editora.

5.2 A Biblioteca Pedagógica Brasileira

No início da década de 1930, em substituição aos títulos e autores estrangeiros, ocorreu um surto de crescimento no tocante às publicações de autores nacionais. Nessa época, as editoras organizaram diversos tipos de coleções para um público igualmente variado. Dentre as iniciativas e realizações da Companhia Editora Nacional, cabe destacar o projeto editorial “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, cujo lançamento, segundo Hallewell, coincidiu com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública com implicações na formação de professores.

Fernando de Azevedo dirigiu a “Biblioteca Pedagógica Brasileira” até 1946. Este projeto editorial subdividia-se em cinco séries: “Literatura Infantil”, “Atualidades Pedagógicas”, “Livros didáticos”, “Iniciação Científica” e “Brasiliana”. As orelhas dos livros publicados nas décadas de 1930 e 1940, mais especificamente o volume *Psicologia da infância*, de Sylvio Rabello, 1935, veiculavam os propósitos da BPB nos seguintes termos:

A CEN dirige, assim, pela BPB, uma larga ofensiva de renovação cultural sobre quatro frentes: as crianças, pela Série 1ª — Literatura Infantil; os estudantes de todas as escolas primárias, profissionais, secundárias e superiores, pela Série 2ª — de Livros Didáticos (livros de texto, manuais e livros-fontes); os professores, de todos os graus de

ensino, pela Série 3ª — Atualidades Pedagógicas; e o público escolar, como a população extra e *post*-escolar, pela série 4ª — Iniciação Científica. O caráter eminentemente nacional desse movimento é dado não só pela orientação do plano editorial, como também especialmente pela Série 5ª, Brasileira, a mais vasta e completa sistematização de estudos brasileiros.

Se se considerar, porém, a capital importância do problema de formação e aperfeiçoamento cultural e profissional do professor, poder-se-á avaliar o alcance que, no plano geral BPB, essa coleção destina ao magistério. Mais de 20 volumes publicados; cerca de 10 no prelo!

Já a série mais importante era a “Brasileira” cujos títulos foram editados até a década de 1970. Segundo Pontes (2001, p.388):

Fernando de Azevedo (1894-1974) foi encarregado por Octalles Marcondes Ferreira de organizar a BPB, tendo sido responsável pela direção tanto da “Brasileira” (dirigiu-a até 1958, sendo substituído a partir de então por Américo Jacobina Lacombe) quanto da série “Livros Didáticos”. Esta última pretendia renovar e consolidar o livro didático brasileiro.

Em carta endereçada a Venâncio Filho, em fevereiro de 1934, Fernando de Azevedo expõe o projeto e a situação das coleções acima referidas.

“Conversando hoje com Octalles a respeito da BPB, assentamos certas medidas de extensão editorial e cultural, as quais, para execução de acordo com o nosso plano, precisamos da colaboração do que o professorado, no Brasil, tem de melhor. Você sabe que esse plano interessa diretamente tanto à obra de renovação escolar como aos professores em geral e particularmente aos editados. Dos alunos, não se fala, que serão os primeiros atingidos pela BPB.

Pretendemos agora desenvolver largamente e intensamente as séries “Atualidades” e “Iniciação Científica” e a série “Livros Didáticos” (poemas, livros de textos e livros fontes) *que é a serie fundamental na qual terão de se apoiar as outras*. A Brasileira e a Literatura Infantil pode-se dizer que já tem condições de vida própria.

A vista disso peço-lhe com o maior empenho que me indique nomes e me auxilie na escolha de professores para escrever livros escolares de todas as matérias que constituem o curso secundário. Os melhores livros, os mais bem feitos, não serão um grande serviço à reorganização da educação pública no Brasil?” (grifos no original)

Na “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, Fernando de Azevedo encontrara o meio de promover a renovação educacional da escola pública consoante os princípios do chamado movimento da Escola Nova: “A série Livros Didáticos é não apenas a mais fundamental como deve servir de referência para todas as outras. E, para viabilizá-la, diretor e editor lançam mão de uma iniciativa até então inédita no campo editorial

brasileiro: inauguram a prática de encomendar aos autores os livros específicos para as coleções”. (idem) Com efeito, Fernando de Azevedo era um intelectual de referência para a Companhia Editora Nacional, pois sua imagem estava vinculada à figura do publicista e reformador social, bastando lembrar, por exemplo, a sua autoria de livros bem como as reformas de ensino no Distrito Federal e São Paulo, sua participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a direção da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O período da segunda grande guerra produziu para as editoras outros problemas além da reforma ortográfica: não bastasse a escassez de todas as matérias-primas [...] as editoras de livros didáticos foram atingidas pelas consequência de uma drástica reforma do ensino secundário.

O aparecimento da Francisco Alves coincidia com a expansão do ensino primário brasileiro após 1888: a especialidade dessa empresa continuou a ser livros didáticos para a escola primária. O crescimento inicial da Companhia Editora Nacional foi paralelo a um desenvolvimento significativo do ensino secundário, e Octalles orientou para esse nível do ensino o trabalho editorial didático de sua empresa. Muito poucas crianças frequentavam a escola secundária: não mais de 83.000 em 1930. Mas cada criança precisava de um número maior de livros, e mais caros. Além disso, devido à pobreza dos pais, em 1930, apenas 10 mil dos 83 mil acima mencionados não frequentavam escolas particulares. (HALLEWELL, p.288-289).

Ainda conforme Hallewell, em 1940, o número de alunos matriculados no ensino secundário elevava-se a 170 mil e, ao final da guerra, a 250 mil: “Em abril de 1942, o ministro da educação Gustavo Capanema foi responsável por uma completa reviravolta no ensino secundário, que perduraria até 1961” (idem). De par, assistia-se à consolidação do ensino superior com a criação das universidades de São Paulo, do Distrito Federal e do Brasil, dentre outras. Nesse contexto, a CEN tornou-se preeminente uma força no mercado de livros. Para Pontes (2001), o livro didático tornou-se o grande filão no lucro das editoras, criando coleções especializadas de literatura didática, se adequando aos projetos de reforma do ensino. Ademais, com características de órgãos de promoção e controle, nesse período foram criados o Instituto Nacional do Livro (1937) e a Comissão Nacional do Livro Didático.

5.3 A série “Atualidades Pedagógicas”

Um dos objetivos da série “Atualidades Pedagógicas”, cujo ciclo de vida foi de aproximadamente 47 anos, consistiu em promover uma renovação cultural mediante a edição de autores de títulos didáticos. Com isso, os intelectuais elevados à condição de editor e organizador assumiam o propósito de promover a renovação educacional e cultural. Na série “Atualidades Pedagógicas”, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, foram publicados títulos em português ou traduzidos de qualquer língua sobre biologia educacional, higiene escolar, psicologia aplicada à educação, filosofia e história da educação, sociologia educacional, didática, administração escolar e, em suma, sobre as bases científicas e os problemas gerais e particulares da educação. Em síntese, era, como se vê, uma série de obras especiais destinadas de um modo geral aos professores e aos educadores.

Organizada por Fernando de Azevedo, a série reforçava a presença da editora no segmento de comércio de livros didáticos: “a proposta da Coleção Atualidades Pedagógicas é precedida por um largo debate do que seria necessário para a renovação ou remodelação da ação do professorado brasileiro” (TOLEDO, 2001, p. 97). Ou seja, a editora alinhava-se aos objetivos difundidos nas inúmeras reformas de modernização do ensino realizadas nos Estados da federação e no Distrito Federal.

Na edição dos livros publicados na série, foram introduzidas inovações no formato material e na configuração textual, entre outros, “orelhas” na capa e quarta-capa, dados do autor e do tradutor, sumário de capítulos e/ou resumo do capítulo, referências bibliográficas, índice analítico, quarta-capa com lista de títulos publicados e indicação de novos lançamentos. Tais inovações visavam despertar o interesse, direcionar a leitura para os assuntos determinados. Além do que se ressalte, introduziram as “traduções anotadas”, conforme Toledo (2001, p.196): “As notas do tradutor transformam-se em um importante instrumento de adaptação e homogeneização dos textos que vão compor a coleção Atualidades Pedagógicas” (TOLEDO, 2001, p.196).

Em 1946, João Batista Damasco Penna, ex-professor do Colégio Universitário anexo à Universidade de São Paulo e do Colégio Rio Branco, nome vinculado ao movimento da Escola Nova, assumiu a direção da série “Atualidades Pedagógicas”. Em nota editorial na 5ª edição, de *A educação funcional*, de Edouard Claparède, título este

traduzido e anotado por João Batista Damasco Penna, reafirmava-se o escopo do projeto:

Há mais de vinte anos, em 1931, a Companhia Editora Nacional começou a publicação desta série de sua extensa Biblioteca Pedagógica Brasileira.

Mais de sessenta livros foram publicados até hoje. O professor, o normalista, o acadêmico dos cursos de Pedagogia e Didática, os responsáveis, a qualquer título, pela educação, os estudiosos, em geral, da matéria pedagógica, todos poderão encontrar, nessa livraria, recursos para reflexão sobre o problema fundamental proposto pela atividade educativa, em todas as suas formas.

Obras nacionais vizinham com obras estrangeiras, trazidas ao vernáculo. Algumas são de importância capital e de valor perene, obras clássicas, portanto: o título “Atualidades Pedagógicas” de modo nenhum pretende ser *novo*, sempre e sempre, só porque novo, sinônimo de *melhor*. A *atualidade* estará, pois, mais na vitalidade, na força inspiradora e propulsora das ideias, que na exclusiva contemporaneidade. *Atualidade* pretende ser, assim, e principalmente, *efetividade*. (grifos no original).

Na condição de diretor da série, João Batista Damasco Penna detinha a iniciativa de escolher tanto os autores nacionais e estrangeiros, quanto os tradutores. Damasco Penna adotou uma política editorial com ênfase em autores estrangeiros, daí necessitar de tradutores gabaritados recrutando-os preferencialmente entre profissionais vinculados ao ensino superior. Sob a sua direção reafirmava-se o intento de publicar autores pertencentes a orientações ideológicas diferentes, porém unidos no propósito de sistematizar a pedagogia e o ato de educar como ciência, e sob sua direção, privilegiou-se a tradução de autores franceses, suíços, norte-americanos, espanhóis e latino-americanos.

Quadro 2 - autores e títulos publicados na série “Atualidades Pedagógicas”

1-Fernando de Azevedo, <i>Novos Caminhos e Novos Fins – A nova política da educação no Brasil</i> . 2ª ed. 1934.	63 – André Fouché, <i>A pedagogia das matemáticas</i> .
2 – John Dewey, <i>Como pensamos. Como formar e educar o pensamento</i> , tradução de Godofredo Rangel, 2ª ed.1953	64 – Anísio S. Teixeira, <i>A educação e a crise brasileira</i> .
3 – Anísio Teixeira, <i>Educação progressiva</i> , 4ª edição 1954.	65 – A. Almeida Júnior, <i>Problemas do ensino superior</i> .
4 – Edouard Claparède, <i>A educação funcional</i> , tradução nova e notas de J.B. Damasco Penna, 5ª ed.1958.	66 – René Hubert, <i>História da pedagogia</i> , tradução de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna, 1957.
5 – Afrânio Peixoto, <i>Noções de história da</i>	67 – Robert S. Woodworth e Donald G.

- educação, 3ª ed. 1943.
- 6 – Delgado de Carvalho, *Sociologia educacional*, 2ª ed. 1940.
- 7 – Arthur Ramos, *Educação e psicanálise*, 1934.
- 8 – Adalbert Czerny, *O médico e a educação da criança*, tradução de Martinho da Rocha e José M. da Rocha, 1934.
- 9 – A. Almeida Júnior, *A escola pitoresca e outros trabalhos*, 2edição, aumentada, 1951.
- 10 – Celso Kelly, *Educação social*, 1934.
- 11 – Henri Piéron, *Psicologia do comportamento*, tradução e notas J.B. Damasco Penna, 3ª ed. revista, 1957.
- 12 – Henri Wallon, *Princípios de psicologia aplicada*, tradução de Caldeira Filho, 1953.
- 13 – Djacir Menezes, *Dicionário psicopedagógico*, 1935.
- 14 – Sylvio Rabello, *Psicologia do desenho infantil*, 1935.
- 15 – A.M. Aguayo, *Didática da escola nova*, tradução e notas de J.B. Damasco Penna e Antonio D'Ávila.
- 16 – A. Carneiro Leão, *O ensino das línguas vivas, seu valor e sua orientação científica*, 1935.
- 17 – Delgado de Carvalho, *Sociologia aplicada*, 1935.
- 18 – A.M. Aguayo, *Pedagogia científica. Psicologia e direção da aprendizagem*, tradução e notas de J.B. Damasco Penna, 7ª ed. 1954.
- 19 – Aristides Ricardo, *Biologia aplicada à educação*, 1936.
- 20 – Aristides Ricardo, *Noções de higiene escolar*, 1936.
- 21 – John Dewey, *Democracia e educação*, tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 2ª ed. 1952.
- 22 – Fernando de Azevedo, *A educação e seus problemas*, 2ª ed. 1952
- 23 – Sylvio Rabello, *Psicologia da infância*, 2º edição, 1943.
- 24 – J. Melo Teixeira, M. Mendes Campos, *Aspectos fundamentais da educação*, 1937.
- 25 – Euclides Roxo, *A matemática na educação secundária*, 1937.
- 26 – Sylvio Rabello, *A representação do tempo na criança*, 1938.
- 27 – Afrânio Peixoto, *Ensinar a ensinar*, 1937.
- 28 – Ariosto Espinheira, *Arte popular e* Marquis, *Psicologia*, 6ª ed., 1966.
- 68 – R. Valnir C. Chagas, *Didática especial de línguas modernas*, 1957.
- 69 – Roger Cousinet, *A educação nova*.
- 70 – Henry E. Garret, *Grandes experimentos da psicologia*, tradução de Maria da Penha Pompeu de Toledo, 2ª ed. 1966
- 71 – Lorenzo Luzuriaga, *História da educação pública*.
- 72 – A. Almeida Júnior, *E a escola primária?*
- 73 – Gaston Mialaret, *Nova pedagogia científica*.
- 74 – Paul Foulquié e Gerard Deledalle, *A psicologia contemporânea*, 2º edição, 1965.
- 75 – J. Leif Rustin, *Pedagogia geral*.
- 76 – John Dewey, *Vida e educação*, 5ª edição, 1959.
- 77- Lorenzo Luzuriaga, *Pedagogia social e política*.
- 78 – Arthur T. Jersild, *Psicologia da adolescência*, 2ª ed. 1964.
- 79 – Nicolas Hans, *Educação comparada*.
- 80 – Santiago Hernández Ruiz, *Psicopedagogia do interesse*.
- 81 – Paul Guillaume, *Psicologia da forma*.
- 82 – Armand Cuvillier, *Pequeno vocabulário da língua filosófica*.
- 83 – Paul Osterrieth, *Introdução à psicologia da criança*, 2ª ed. 1965.
- 84 – Rafael Grisi, *Didática mínima*, 5ª edição, 1963.
- 85 – Robert S. Ellis, *Psicologia educacional*.
- 86 – Félicien Challaye, *Pequena história das grandes filosofias*.
- 87 – Iva Waisberg Bonow e outras, *Psicologia educacional e desenvolvimento humano - Manual de trabalhos práticos de psicologia educacional*.
- 88- Maurice Debesse, *As fases da educação*.
- 89 – Fernand-Lucien Mueller, *História da psicologia*.
- 90 – Glenn M. Blair, R. Stewart Jonas e Ray

- educação, 1938.
- 29 – Onofre Arruda Penteado Jr., *Fundamentos do método*, 1938.
- 30 – Noemy Silveira Rudolfer, *Introdução à psicologia educacional*.
- 31 – Milton C. da Silva Rodrigues, *Educação comparada*, 1938.
- 32- Guerino Cassanta, *Jornais escolares*, 1938.
- 33 – A. Carneiro Leão, *Introdução à administração escolar*, 3ª ed.1953.
- 34 – Paul Monroe, *História da educação*, nova tradução de Idel Becker e Therezinha G. Garcia, 5ª ed.1956.
- 35 – A. Almeida Junior, *Biologia educacional*, 11ª ed.1957.
- 36 – Paul Guillaume, *A formação dos hábitos*, tradução de Ramiro de Almeida, 1939.
- 37 – Artur Ramos, *A criança problema*, 1939.
- 38 - Francisco Venâncio Filho, *A educação e seu aparelhamento moderno*, 1941.
- 39 - Arthur Jones, *A educação dos líderes*, tradução de Paschoal Lemme, Thomaz Newland Neto e Maria de Lourdes Sá Pereira, 1942.
- 40 – Fernando de Azevedo, *Velha e nova política*, 1943.
- 41 – J. Roberto Moreira, *Os sistemas ideais de educação*, 1945.
- 42 – Theobaldo Miranda Santos, *Noções de Psicologia educacional*, 3ª ed. 1949.
- 43 – Theobaldo Miranda Santos, *Noções de história da educação*, 2ª ed. 1948.
- 44- René Nihard, *O método dos testes*, tradução de M. de Campos Lobato, 1946.
- 45 – Ari Lex, *Biologia educacional*, 8ª ed. 1958.
- 46 – Fernando Pessoa, *Seguindo meu caminho*.
- 47 –Theobaldo Miranda Santos, *Noções de filosofia da educação*. 1947
- 48 – José de Almeida, *Noções de psicologia aplicada à educação*.
- 49 – I.L. Kandel, *Educação comparada*, tradução de Nair Abu-Merhy, 2 v., 1947.
- 50 - Theobaldo Miranda Santos, *Noções de sociologia educacional*, 1947.
- 51 – Fernando de Azevedo, *As universidades no mundo de amanhã*, 1948.
- 52 – A. Carneiro Leão, *Adolescência e sua educação*, 1950.
- H. Simpson, *Psicologia educacional*.
- 91 – Paul Osterrieth, *Fazer adultos, pequena introdução à psicologia educacional*.
- 92 – George E. Miller e outros, *Ensino e aprendizagem nas escolas médicas*.
- 93 – William C. Morse e G. Max Wingo, *Leituras de psicologia educacional*.
- 94 – Geraldo Bastos Silva, *A educação secundária*.
- 95 – Fr. de Hovre, *Ensaio de filosofia pedagógica*, 1969.
- 96 – O. Frota-Pessoa, Rachel Gevertz e A.G. da Silva, *Como ensinar ciências*.
- 97 – Arnould Clause, *Iniciação a ciências da educação*.
- 98 – Albert Collette, *Introdução à psicologia dinâmica*.
- 99 – Alexandre Vexliard, *Pedagogia comparada*.
- 100- Ernest R. Hilgard e Richard C. Atkinson, *Introdução à psicologia*.
- 101 – Charlotte M. Fleming, *Psicologia do ensino*.
- 102 – George Z.F. Bereday, *Método comparado em educação*.
- 103 – Hans Aebli, *Didática psicológica*.
- 104 – J. Leif, *Inspirações e tendências novas da educação*.
- 105 – Daniel E. Griffiths, *Teoria da administração escolar*.
- 107 – May V. Seago, *O processo de aprendizagem escolar*.
- 108 – Maurice Debesse e outros, *Psicologia da criança (do nascimento à adolescência)*.
- 109 – Dante Moreira Leite (org.) *Desenvolvimento da criança*.
- 110 – Oswaldo Frota-Pessoa e outros, *Biologia aplicada à educação*.
- 111 – Oswaldo Frota-Pessoa e outros, *Biologia aplicada à saúde*.
- 112 – Roger Cousinet, *A formação do educador e a pedagogia da aprendizagem*.
- 113/120 – Maurice Debesse, Gaston Mialaret e outros, *Tratado de ciências pedagógicas*.
- 121 – Gilbert Leroy, *O diálogo em educação*.
- 122 – Anna Bonboir, *O método dos testes em pedagogia*.

- 53 – Lorenzo Luzuriaga, *A pedagogia contemporânea*, tradução e notas Idel Becker, 1951.
- 54- M.A. Bloch, *Filosofia da educação nova*, tradução Luiz Damasco Penna, 1951.
- 55- Paul Foulquié, *As escolas novas*, tradução de Luiz Damasco Penna, 1952.
- 56 – Lorenzo Luzuriaga, *Pedagogia*, tradução Lólio Lourenço de Oliveira e J.B. Damasco Penna, 2ª ed. revista e acrescentada, 1957.
- 57 – Anísio S. Teixeira, *Educação para a democracia*, 2ª ed. 1953.
- 58 – Camille Mélinand, *Noções de psicologia aplicada à educação*, tradução de Nathalia Voinoff, prefácio e notas de J.B. Damasco Penna, 1954.
- 59 – Lorenzo Luzuriaga, *História da educação e da pedagogia*, tradução de Luiz Damasco Penna, 1955.
- 60 – Paul Guillaume, *Manual de psicologia*, tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, 1956.
- 61 – C.M. Fleming, *Psicologia social da educação*, tradução Lavínia Costa Raymond, 1955.
- 62 – Roger Cousinet, *A formação do educador*, tradução Luiz Damasco Penna, 1955.
- 123 – W. Kenneth Richmond, *A revolução no ensino*.
- 124 – Oliver Reboul, *Filosofia da educação*.
- 125 – Alain Beaudot, *A criatividade na escola*.
- 126 – Jerome S. Bruner, *O processo da educação*.
- 127 – Antoine Léon, *Psicopedagogia dos adultos*.
- 128 – Anísio S. Teixeira, *Pequena introdução à filosofia da educação*.
- 129 – Maurice Vial, Eric Plaisance, *Os maus alunos*.
- 130 – Anísio Teixeira, *Educação não é privilégio*.
- 131 – John Dewey, *Experiência e educação*.
- 132 – Anísio Teixeira, *Educação no Brasil*.

Fontes: Quartas capas dos volumes 70 (1966) e 45 (1978).

Durante seu ciclo de vida, aproximadamente 47 anos, a série “Atualidades Pedagógicas” editou 91 autores e 132 títulos classificados em gêneros diferentes, porém todos afins às ciências da educação: psicologia aplicada à educação, sociologia da educação, filosofia da educação, história da educação (e da pedagogia), biologia aplicada à educação, educação e psicanálise, medicina e educação, políticas educacionais, pedagogia científica, ciências da educação, formação do educador, didática, ensino-aprendizagem e educação comparada.

Dentre os “Pioneiros da Educação Nova”, compareciam na condição de autores: Fernando de Azevedo, quatro vezes; Afrânio Peixoto, duas; Anísio S. Teixeira, quatro; Oswaldo Frota-Pessoa, três; Delgado de Carvalho, duas; Almeida Júnior, quatro; Noemy Silveira Rudolfer, uma vez; Francisco Venâncio Filho, uma vez; Paschoal Lemme comparece uma vez na condição de tradutor. Dentre os autores, 29 eram brasileiros, os demais estrangeiros igualmente vinculados às instituições de ensino e pesquisa representativas. Theobaldo Miranda Santos comparece com cinco títulos.

6. FRANZ DE HOVRE, O ASCENDENTE INTELECTUAL

6.1 Dados biográficos

Doutor em Filosofia e professor de Pedagogia em Gande, Bruxelas e Antuérpia, Franz de Hovre (1884-1958) é um dos intelectuais católicos mais citados entre os sistematizadores de uma pedagogia filosófica de teor católico e sob as diretrizes da encíclica *Divini illius magistri* do Papa Pio XI acerca da educação cristã da juventude⁴.

Franz de Hovre nasceu em Audegem, na Bélgica, em 1884 e faleceu em 1958. Realizou estudos eclesiásticos no Instituto Superior de Filosofia da Universidade Católica de Lovaina, onde se doutorou com uma tese sobre Herbart e Willmann, sob a orientação do célebre cardeal Mercier: “mundialmente famoso pela resistência patriótica ao governo militar alemão, a ocupar a Bélgica durante a guerra de 1914-1918” (VAN ACKER, 1969, p. xiii). Mercier repensou e reformulou a filosofia aristotélico-tomista em diálogo permanente com as filosofias e as ciências a ele contemporâneas.

De Hovre enfatizava a relação de entre filosofia e pedagogia como fundamento da pedagogia católica. Por ser dotada de valor universal, a pedagogia católica seria superior aos diversos sistemas pedagógicos parciais e unilaterais modernos. A superioridade e a universalidade da pedagogia católica consistiam na conexão orgânica com o catolicismo, daí ser uma doutrina de vida, pois estava em contato direto com a condição existencial da humanidade e os valores sobre-humanos e sobrenaturais.

Quanto à obra de Franz De Hovre, Jacques Maritain situou-a no grande movimento de restauração moderna da *philosophia perennis*: “O tomismo é um verdadeiro tesouro de valores culturais, que segundo nos parece, cabe à nossa época por em evidência” (1969, p. xxv).

Insatisfeito com a formação exclusivamente técnica e profissional, De Hovre fundou, em 1925, o Instituto Pedagógico Superior, em Gand, onde ensinava pedagogia e psicologia na perspectiva filosófica, religiosa, histórica, antropológica e sociológica: “O instituto, que chegou a conferir diplomas de nível universitário, suscitou uma escolha de colaboradores e continuadores da obra de levantamento cultural do ensino primário e médio, obra esta iniciada por De Hovre e Decoene” (VAN ACKER, 1969, p. xix). Tal

⁴ Os dados e as informações constantes neste capítulo foram referenciados nos seguintes autores, a saber: Van Acker (1969), Maritain (1969) e Zaragüeta (1952).

iniciativa teria inspirado e estimulado a criação de outros institutos semelhantes em Bruxelas, Antuérpia, Hasselt e Bruges.

6.2 O conjunto da obra

Da autoria de De Hovre são os títulos *Essai de philosophie pédagogique* (traduit d'après l'édition flamande par G. Siméons; préface par Jacques Maritain. Bruxelles: Librairie Albert Dewit, 1927), *Le catholicisme, ses pédagogues, sa pédagogie* (traduit d'après l'édition flamande par G. Simeons. Avec une préface de F. W. Foerster. Bruxelles: A. Dewit, 1930), traduzido para o francês, o espanhol e o inglês. E em colaboração com L. Breckx, *Les maitres de la pédagogie contemporaine* (Bruges: Charles Bayert, 1936), traduzido para o francês, o espanhol e o português. Esses títulos tornaram-se referências para os intelectuais católicos envolvidos na elaboração de manuais de ensino, e na proposição de valores espirituais.

Na revista *Néo-scolastique de Philosophie* (renomeada *Revue Philosophique de Louvain*), De Hovre publicou os artigos “La didatique de Willmann”, “La philosophie sociale de Benjamin Kidd”, “L'éthique et la pédagogie morale de Fr. W. Foerster”; e nos *Annales de l'Institut Supérieur de Philosophie*, a série de artigos “La pédagogie sociale em Allemagne”, “Pestalozzi et Herbart”.⁵

Com a colaboração do padre Alberic Decoene, De Hovre escreveu *Le socialisme marxiste et ses interprètes modernes*. Doutor em filosofia e teologia, diretor da Escola Normal Católica de Torhout, inspetor diocesano do ensino primário, De Hovre fundou a *Revista pedagógica flamenga*; conforme Van Acker (1969), ele pretendia denunciar o psicologismo e a “metodomania” pretensamente neutros e os objetivos vigentes nos domínios da pedagogia. Nessa revista, publicaria esboços de educadores afins do catolicismo. Na companhia de Alberic Decoene, De Hovre fundou também a coleção “Estudos pedagógicos” (prosseguida nas “Edições da Revista Pedagógica Flamenga”, conforme aponta Van Acker, 1969).

Nessas coleções foram publicados os seguintes títulos e autores: *Luz e vida*, de Spalding; *A personalidade do educador*, de Decoene, Spalding e Van Ginneken; *Como chego a ser homem*, *Educação cívica e política* e *Cristo e a vida humana*, de Foerster; *Psicologia pedagógica* e *Introdução à pedagogia*, de Decoene e Staelens; *Perturbações*

⁵ Esta relação de artigos consta em Renson (1954).

nervosas e orientação psicológica, de Daisomont; *Arte de ensinar*, de Van Langendonck; *Educação eclesial, O problema da disciplina, Um grande educador: J.B. de La Salle e A ideia de Deus na escola e na vida*, de Decoene; *As crianças vivendo na Igreja*, de Montessori; *Métodos do ensino primário*, de Delobel, Nollet, Staelens e Vandavelde; *Heresia e ortodoxia*, de Chertesteton; *Psicanálise e educação católica*, de Bopp; *No caminho da sabedoria e No caminho da caridade*, de van der Mueren; *Essência e formação caráter*, de Lindworsky; *Testes de inteligência*, Schmidt; *Psicologia pedagógica e teoria geral do método*, de E. Pannier; *Fundamentos e formação do caráter, segundo S. Tomás de Aquino*, de Mausbach; *Novos caminhos no ensino*, de V. d'Espallier e colaboradores.

Interessado na obra de Willmann e Foerster, “einentes corifeus da pedagogia do cristianismo”, no dizer de Leonard Van Acker (1969), De Hovre dedicou-se aos estudos desses autores. O primeiro era cultor do pensamento cristão nas obras de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino; o segundo, cultor de uma cosmovisão católica:

Entretanto, a simpatia e admiração indefectíveis, votadas por De Hovre a esses dois ilustres pedagogistas e pensadores, bem lhe revelam o espírito aberto, livre do orgulho clericalista, apreciados sincero das consciências em luta esforçada e honesta para alcançar uma visão do mundo e da vida teoricamente aceitável e praticamente digna do homem (VAN ACKER, 1969, p.xv):

E prosseguia:

Ao professorado em geral, mas, sobretudo aos mestres do ensino primário, cumpria explicar que a pedagogia não se reduz a formulário de receitas metódicas e técnicas psicológicas, independentes de qualquer ideal de vida; que a própria ciência pedagógica não se limita à psicologia experimental das crianças ou do educando, mas deve levar em conta a própria evolução social e histórica e cultural das teorias educativas; que estas últimas, enfim, são incompreensíveis se não relacionadas com a filosofia ou mundividência que as inspira, tomando *filosofia* ou *mundividência* no sentido de concepção do mundo e da vida, baseada não só na especulação estritamente filosóficas, mas também na motivação prática, fornecida pela teologia e pelas ciências positivas do homem e da sociedade. Aos professores, confiados na eficácia mecânica das técnicas do ensino, urgia mostrar que toda pedagogia é fundada numa filosofia ou mundividência e, reciprocamente, toda mundividência ou filosofia comporta uma teoria da educação (idem, p. xvi, grifos no original).

Para Franz de Hovre, a concepção católica de vida e mundo, a existência de Deus e a imortalidade da alma seriam as fontes da superioridade da pedagogia católica. Daí a preocupação do autor em elaborar no plano geral e nos detalhes uma pedagogia católica que firmasse claramente suas finalidades teóricas, seus valores transcendentais, seus métodos e processos de ensino.

No momento em que as teorias pedagógicas “naturalistas” e “socialistas” começam a ensejar, aqui e ali, as mais radicais experiências práticas, e em que vemos desenvolver-se, em vários países, esse poderoso esforço para formar, mercê de modelagem apropriada da juventude, um novo homem de tipo inteiramente “ateístico”, convém que os católicos compreendam a importância dos problemas propostos pela pedagogia moderna, e se apliquem em ter as disciplinas tradicionais no nível de todos os progressos reais que esta pode registrar. O Dr. De Hovre está persuadido, com inteira razão, de que toda teoria pedagógica é baseada numa concepção da vida, e depende, pois, necessariamente, da filosofia.

A pedagogia “segue o fluxo e o refluxo das correntes pedagógicas”; é que não é ciência autônoma, mas dependente da filosofia, verdade elementar que começa a ser reconhecida em muitos lugares, notadamente na Alemanha. (MARITAIN, 1969, p. xxii).

Nas palavras de Maritain, certas concepções do século XIX não passariam de “pobres preconceitos”, por exemplo a crença em uma psicologia científica, no “sentido positivista”, ou seja, as ciências da natureza constituiriam a única ciência, com exclusão de toda a metafísica. A psicologia seria uma das bases de conhecimento do sujeito, mas a educação não começaria senão no momento em que a criança se adaptasse ao educador, à cultura, às verdades e aos valores que ele, o educador, tem a missão de transmitir-lhe:

Se o psicologismo, abandonado em toda parte, ainda reina na pedagogia, é no maior detrimento das sadias noções de educação. Preconceito de pretender fundar a pedagogia só na prática em empírica. [...] Preconceito de querer reduzir a pedagogia a só metodologia pedagógica, isto é, àquilo que não passa de material da pedagogia. Métodos, programas, organização, técnica educativa, tudo isso é, sem dúvida importante, mas continua secundário. (MARITAIN, 1969, p. xxiii).

Em primeiro lugar, seria o tipo ideal de vida, ditado pela inteligência e a personalidade. Quer dizer, para o autor, a mundividência católica é universal e compreensiva, portanto, em contraste com as cosmovisões por ele consideradas

particulares e unilaterais. Nesse sentido, o naturalismo, o nacionalismo e o socialismo pedagógico e filosófico seriam equívocos por não reconhecerem os valores transcendentais, eternos e imutáveis. Ou seja, desde o ponto de vista teológico, De Hovre reafirmava a natureza essencial da pedagogia católica.

Dentre os livros de Franz De Hovre, o mais popular foi *Philosophie pédagogique*, tratado destinado ao professorado primário e médio, que abordava a exposição e a crítica dos sistemas filosóficos e pedagógicos contemporâneos. Esse livro foi traduzido do flamengo para o francês, o inglês⁶, o alemão e o polonês (cf. ZARAGÜETA, 1952).

De modo geral, as preocupações do autor giravam em torno da crítica do naturalismo, do socialismo e do nacionalismo. Na apreciação de Juan Zaragüeta no prólogo de *Ensayo de filosofía pedagógica*:

Por eso es de acentuada oportunidad la aparición de obras como como el ensayo de filosofía pedagógica que tengo hoy la satisfacción de presentar al público de lengua española. Su autor, el profesor Franz De Hovre, formado en la escuela filosófica del Cardenal Mercier, del qual fue personalmente alumno en la Universidad de Lovaina, se halla especialmente preparado para buscar a la actual pedagogía psicológica, que por su parte no há dejado de cultivar celosamente, el cimiento filosófico que necesita para no navegar a la deriva, en el agitado oleaje del pensamiento moderno. (1952, p. 7)

A tradução para o português foi realizada apenas em 1969 sob o título *Ensaio de filosofia pedagógica*. A tradução ficou a cargo de Luiz Damasco Penna e Joao Batista Damasco Penna; o estudo preliminar, a cargo de Leonardo Van Acker, mantendo-se o prefácio da edição francesa assinado por Jacques Maritain: “Esta obra, publicada primeiro em neerlandês e de que me praz saudar a edição francesa, será, pelo que sei o primeiro grande tratado de conjunto dedicado, em nossa língua à pedagogia em sua relação com a filosofia” (1969, p. xxi). Nas palavras do prefaciador:

É de admirar que, neste mundo ardentemente progressista, em que tudo facilmente passa por superado, o desprezioso ensaio de “filosofia pedagógica” de Franz de Hovre, saído a público em 1924 e originalmente escrito em flamengo ou neerlandês, quase meio século depois tenha sido julgado bastante atualizado ainda para merecer uma

⁶ Título em inglês: *Philosophy and education: the modern educational theories of naturalism, socialism and nationalism*, traduzido do francês por Edward B Jordan em 1931.

tradução e edição brasileira. [...] Através dessas versões, influenciou poderosamente em tratados pedagógico-filosóficos mais sistemáticos, como seja a *Filosofia da educação*, de D. Antonio Alves de Siqueira (1942), ou *A catholic philosophy of education*, de J.D. Redden e F.A. Ryan (1942, 2ª ed., 1956). (MARITAIN, 1969, p. xiii-xvii).

O livro, focado nas críticas às teorias modernas de educação e às apreciações positivas da pedagogia cristã, está organizado em três partes: o naturalismo, o socialismo e nacionalismo pedagógico. Na primeira parte: “Filosofia e pedagogia do naturalismo”, De Hovre expõe a crítica à mundividência naturalista com ênfase na obra Spencer, para tanto recorre a dois pensadores antinaturalistas: Emílio Boutroux (1854) e Rodolfo Euckem (1845-1926). Na segunda parte: “A concepção de vida e a pedagogia social-radical”, procede a crítica do pensamento de Dewey, Natorp, Bergmann, Kerschensteiner e Durkheim. A esses pensadores contrapôs os pedagogos “sociais moderados”: Pestalozzi, Willmann, Paulsen, Toischer, Rein, Barth, Foerster e Kidd. Na terceira parte: “Nacionalismo e politismo como concepção da vida e da educação”, expôs e criticou o nacionalismo alemão como concepção de vida e educação. Para a crítica de Fichte, recorreu a Langheln e Foerster. Nessa parte, Franz de Hovre rende tributo a Foerster, “filósofo da cultura, moralista e pedagogo do caráter”. (ver Anexo I).

Terceira parte

7. A PRIMEIRA EDIÇÃO DO MANUAL

7.1 Manuais de orientação religiosa e laica

A partir de 1930 e, sobretudo nos anos de 1950 a 1960, a ação dos intelectuais católicos direcionou-se para a elaboração de um projeto eclesial de adaptação do mundo católico aos tempos modernos, porém sem perder a essência da fé cristã e doutrina da Igreja Católica. Nesse período, a disciplina Filosofia da Educação ganhou relevo nos cursos de formação de professores, a ela atribuía-se o estudo das finalidades do processo educativo, fato que ensejou a publicação e traduções de livros e manuais conforme a perspectiva católica apostólica, a saber: Alceu Amoroso Lima, *Humanismo pedagógico: estudos de filosofia da educação* (1944), Franz De Hovre, *Ensaio de filosofia pedagógica* (Nacional, 1969), Jacques Maritain, *Rumos da educação* (Agir, 1947), John D. Redden e Francis A. Ryan, *Filosofia da educação* (Agir, 1961); cónego Antônio Alves de Siqueira, *Filosofia da educação: subsídios para um curso* (Vozes, 1942), Ruy de Ayres Bello, *Filosofia pedagógica* (Globo, 1953) (posteriormente com título modificado para *Filosofia da educação: para estudantes dos cursos de pedagogia* Editora do Brasil, 1965), José Antônio Tobias, *Filosofia da educação* (Editora do Brasil, 1967), Leonel Franca, *Noções da história da filosofia*. Nesse rol de autores incluímos *Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna* (Boffoni) e *Noções de filosofia da educação* (Nacional). Sobre esses autores é possível identificar a influência da obra do padre e filósofo Franz de Hovre.

Theobaldo Miranda Santos e outros autores católicos (ou laicos) ampliaram e disputaram a produção de impressos a fim de conquistarem o segmento do mercado livreiro destinado à formação de professores, e assim, influir na respectiva formação intelectual do magistério.

Elaborados conforme os cânones da pedagogia católica em voga, especialmente aqueles contidos na obra de Franz de Hovre, os autores católicos competiam abertamente com autores envolvidos com o “movimento da Escola Nova”, “educação ativa” e/ou “educação progressiva”, por exemplo, Anísio Teixeira publicava *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação* (Nacional, 1934), Leoni Kaseff, *Introdução à filosofia da educação* ([s.n.], 1936), Afro do Amaral Fontoura, *Filosofia da educação* (Aurora, 1969). E mais além com autores de manuais como Lourenço

Filho, autor de *Introdução ao estudo da escola Nova*, Achilles Archerio Júnior, *Lições de sociologia educacional* (Odeon, 1936), Fernando de Azevedo, *Sociologia educacional* (1940), Delgado de Carvalho, *Sociologia educacional* (1940), Afrânio Peixoto, *Noções de história da educação* (1933).

7.2 Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna

A visão católica de vida e de mundo permeia o conjunto da produção intelectual de Theobaldo Miranda Santos das variadas formas. Como podemos, por exemplo, ler no texto de apresentação de *Introdução a pedagogia moderna*, publicado em 1951, pela editora católica “A Noite”, manual este estruturado em cinco partes: a educação e a filosofia, a educação e a política, a educação e a ciência, a educação e a técnica, a educação e a vida.

O objetivo deste pequeno livro é fazer um balanço crítico dos postulados da pedagogia moderna em face dos grandes princípios do realismo cristão. Sua finalidade, porém, não consiste em acastelar-se nos quadros rígidos de um tradicionalismo estéril para destruir, indistintamente, todas as conquistas da educação renovada. Orienta-o, ao contrário, uma intenção construtiva — a de assinalar o que existe de bom e de aproveitável nas novas teorias educacionais, mas separando o joio do trigo e focalizando os erros filosóficos de muitos sistemas pedagógicos da atualidade. Palpita em todo este modesto trabalho a certeza de que a religião e a ciência podem viver em íntima harmonia, de que a mecânica pode existir ao lado da mística e de que a máquina pode contribuir para o progresso do espírito. Acima de tudo, paira, entretanto, a convicção inabalável de eu só haverá paz e felicidade definitivas no universo, quando o homem se decidir a modelar sua vida em consonância com as verdades profundas e eternas do Cristianismo. Assim, a pedagogia moderna somente poderá livrar-se da crise filosófica em que se debate e concorrer, realmente, para o engrandecimento espiritual do indivíduo e da sociedade, quando subordinar seus métodos científicos aos ideais vivificadores do humanismo cristão. (O autor).

Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna de Theobaldo Miranda Santos, foi editado no formato brochura, tamanho 16 x 23 cm, com 231 páginas.

Na abertura do manual constavam os seguintes dados: Theobaldo Miranda Santos, Professor do Instituto de Educação, da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, da Faculdade Católica de Filosofia e do Colégio Sion do Rio de Janeiro. Nas palavras do

autor, o manual resultara das aulas ministradas no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula no ano letivo de 1941. A nota intitulada “Advertência”, assim explicava:

Este pequeno livro não tem pretensão de originalidade. Nada mais representa do que um sumário, simples e modesto, dos principais problemas filosóficos da educação, analisados à luz do realismo cristão. Sua elaboração resultou de resumos de aulas de filosofia de educação ministrados às alunas do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula durante o ano letivo de 1941.

Absorvido pelas atividades do magistério e da administração, não me sobrou tempo para desenvolver mais profundamente esses resumos. Daí o caráter sintético e esquemático deste compêndio.

Uma das características do movimento pedagógico contemporâneo é, sem dúvida, a importância cada vez maior que vem sendo emprestada, nos cursos de formação de professores, ao estudo da filosofia da educação, colimando esta não só a formulação das finalidades do processo educativo, como também a crítica aos postulados da ciência e da técnica da educação. Estes objetivos da filosofia da educação patenteiam o valor incontestável que o seu cultivo oferece para a preparação do educador. Onde a afirmação de Shields, o grande mestre da Universidade Católica de Washington, de que a filosofia da educação “is the basic element in the Professional training of the Teacher”.

O escopo deste compêndio é, justamente, focalizar a importância central dos problemas especulativos da educação e mostrar que, sem uma orientação filosófica nítida e segura, não há ação educativa eficiente e duradoura. Visa ainda este livro a assinalar os fundamentos filosóficos da pedagogia moderna, pôr em relevo a força, a harmonia e a vitalidade da educação cristã e patentear que o engrandecimento do Brasil pela educação só será possível se soubermos ser fiéis às tradições espirituais dentro das quais nasceu e cresceu a nossa Pátria. T.M.S.

Para evidenciar sua posição doutrinal relativamente aos embates a respeito dos rumos e finalidades da educação, à guisa de epígrafes, o autor declinava citava Stanley Hall e Franz De Hovre.

De Stanley Hall

Apesar de todos os nossos professores, apesar de todos os nossos programas e de todas as nossas lições, apesar dos nossos milhares de livros e manuais, em múltiplos domínios e sobre múltiplos assuntos, a pedagogia superior está morta entre nós. Vivemos em séculos de obscuridade pedagógica... Não temos nenhuma ideia da nossa decadência... Precisamos de um grande, de um vasto Renascimento pedagógico... Ficamos receosos e hesitamos quando nos deveríamos alçar às atividades e inspirações pedagógicas superiores que nos são ensinadas pela história de certos grandes períodos fecundos em matéria pedagógica... Até o presente, nos limitamos a estudar a

história da pedagogia em virtude de detalhes práticos; agora, devemos concentrar-nos sobre as grandes ideias e sobre os ideais que constituíram a alma das épocas clássicas.

De Franz de Hovre:

Assim como em outros domínios, a pedagogia perdeu-se em análises intermináveis, em microscopias em especializações, em pesquisas de detalhes, em polimatia. A pedagogia dividiu-se em vários setores, sem contacto mútuo, sem ligações vivas. Tornou-se rica em verificações, em conhecimentos de fatos, em dados científicos; mas ficou pobre de princípios, de ideias unificadoras. No pedagogo, o profissional subjugou o homem, o investigador o pensador. Ele foi arrastado pela corrente sempre crescente dos dados, sem apoio, sem ideias diretoras, sem finalidades determinadas. Da tendência para o domínio total, para a unidade e para os fins eternos, surgiu o movimento em favor da pedagogia filosófica.

O manual, ou melhor, o “compêndio” no dizer do autor, está organizado em duas partes: a saber, “Bases filosóficas da educação” subdividida em A filosofia, A educação, Educação e filosofia, Filosofia da educação; e “Problemas filosóficos da educação”, subdividida em Os fins da educação, O educando, Os métodos da educação, O educador, A aprendizagem, A disciplina. (ver Anexo I). Em suma, tanto na formulação dos temas, quanto na abordagem teórica, Theobaldo Miranda Santos manteve-se próximo da obra intelectual de Franz de Hovre.

8. A TRANSPOSIÇÃO DE MATERIAL TEXTUAL

8.1 Dos artigos aos manuais

A análise dos artigos assinados por Theobaldo Miranda Santos na revista *A Ordem* revelaram a transposição de material textual dos artigos para o manual *Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna* e *Noções de história da educação* conforme demonstramos nos quadros comparativos abaixo apresentados. De outro modo, os artigos de combate doutrinal veiculados na revista foram transportados para a sala de aulas.

Quadro 3 - Comparação do material textual

Artigos na revista <i>A Ordem</i>	<i>Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna</i>
- O problema da disciplina na pedagogia moderna, maio de 1941.	Capítulo A disciplina
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
	Constam exercícios
Não constam notas	Constam notas
	Consta sumário
	Obs. Transcrição integral do artigo
- O problema da aprendizagem na pedagogia moderna, set. de 1940.	Capítulo A aprendizagem
Subtítulos: Teoria da Apercepção; Teoria Estruturalista; Teoria Funcionalista; Teoria Reflexológica; Teoria Hedônica; Teoria Behaviorista; Teoria Dinâmica; Teoria Hórmica; Teoria Gestaltista; Teoria da Assimilação; Outras Teorias; Sto. Tomás e a Aprendizagem; Conclusão.	Subtítulo: <i>Conceito de Aprendizagem</i> ; Teoria da Apercepção; Teoria Estruturalista; Teoria Funcionalista; Teoria Reflexológica; Teoria Hedônica; Teoria Behaviorista; Teoria Dinâmica; Teoria Hórmica; Teoria Gestaltista; Teoria da Assimilação; Outras Teorias; Sto. Tomás e a Aprendizagem; Conclusão.
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
	Constam exercícios
Não constam notas	Constam notas
- A pedagogia e a filosofia , jan. de 1940.	Capítulo A educação e a filosofia
Subtítulos: A pedagogia no tempo; A pedagogia no espaço; Pedagogia sem filosofia não é pedagogia.	Subtítulo: Conceito de pedagogia; Pedagogia e concepção de vida; A pedagogia no tempo; A pedagogia no espaço; A educação e a metafísica.
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
	Constam exercícios
Não constam notas	Constam notas de rodapé e explicativas
	Consta sumário
- O conceito de educação na pedagogia moderna , abr. de 1940.	Capítulo A educação
Subtítulos: Conceito naturalista de educação;	Subtítulos: Conceito de educação; Conceito

Conceito idealista de educação; Conceito pragmatista de educação; Conceito cristão de educação; Conceito individualista de educação; Conceito socialista de educação; Conceito nacionalista de educação; Conceito culturalista de educação; Conceito personalista de educação.	naturalista de educação; Conceito idealista de educação; Conceito pragmatista de educação; Conceito cristão de educação; Conceito individualista de educação; Conceito socialista de educação; Conceito nacionalista de educação; Conceito culturalista de educação; Conceito personalista de educação.
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
	Constam exercícios
Não constam notas	Constam notas de rodapé
	Consta sumário
- O problema antropológico na pedagogia moderna, dez. de 1940.	Capítulo O educando
Subtítulos: O homem e o animal; Concepções da natureza humana; A criança e o adulto; Desenvolvimento mental do homem; Conclusão.	Subtítulos: Conceito de educando; O educando e a biologia; Concepção da natureza do homem; O educando e a psicologia; O educando e a filosofia; O homem e o animal; Concepções da natureza humana; A criança e o adulto; Educabilidade do homem; A personalidade humana; Formação da personalidade.
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
	Constam exercícios
Não constam notas	Constam notas
	Consta sumário
- A aprendizagem	Capítulo A aprendizagem
Subtítulos: Natureza da aprendizagem, Teoria da apercepção, Teoria estruturalista, Teoria funcionalista, Teoria Reflexológica, Teoria hedônica, Teoria behaviorista, Teoria dinâmica, Teoria hormonal, Teoria gestaltista, Teoria da assimilação, Teoria tomista, Crítica das teorias da aprendizagem, Orientação educacional. Bibliografia.	Subtítulos: Conceito de aprendizagem, Teoria da apercepção, Teoria estruturalista, Teoria funcionalista, Teoria Reflexológica, Teoria hedônica, Teoria behaviorista, Teoria dinâmica, Teoria hormonal, Teoria gestaltista, Teoria da assimilação, Outras teorias, S. Tomás e a aprendizagem, Conclusão.
Constam notas de rodapé explicativas e bibliográficas	Constam notas de rodapé explicativas e bibliográficas

Como podemos observar o quadro acima, trás as características entre os artigos na revista *A Ordem* e o manual *Filosofia da Educação: os grandes problemas da pedagogia moderna*. Dentro desses dois textos ocorreram algumas mudanças, porém apenas gráficas, com intuito de vendas pela editora. O texto “O problema da aprendizagem na pedagogia moderna, Set/1940” tornou-se capítulo intitulado “A disciplina” em 1942 no manual. Possuindo os mesmos subtítulos, o texto foi integralmente transportado para o manual. O mesmo ocorre com os capítulos seguintes, cuja única mudança é no título.

Quadro 4 - Comparativo do material textual

Artigos na revista <i>A Ordem</i>	<i>Noções de história da educação</i>
Título: O conceito de educação na pedagogia moderna. abr. 1940	O neonaturalismo pedagógico (Século XIX e XX)
Subtítulo: Conceito naturalista de educação.	Subtítulo: A educação naturalista
Não constam sumário	Consta sumário
Não constam notas	Constam notas
	Constam leituras: O espírito e o cérebro. O ensino e a concepção de vida.
	Consta bibliografia
Título: O conceito de educação na pedagogia moderna. abr. 1940	Título: O neonaturalismo pedagógico (século XIX e XX)
Subtítulo: Conceito pragmatista de educação	Subtítulo: A educação pragmática
Não constam sumário	Consta sumário
Não constam notas	Constam notas
	Constam leituras: A educação como reconstrução e Valor da filosofia da educação
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
Subtítulo: Conceito individualista de educação	Subtítulo: A educação individualista
	Consta sumário
Não constam notas	Constam notas
	Constam leituras: Cultura, educação e instrução. A educação da criança
Não consta bibliografia	Consta bibliografia
Subtítulo: Conceito nacionalista de educação	Subtítulo: Educação nacionalista
Não constam notas	Constam notas de fim de capítulo
	Constam leituras: A educação e a comunidade A escola e a vida coletiva
	Bibliografia

No quadro 4, nos deparamos com um comparativo entre a revista *A Ordem* e o manual *Noções de História da Educação*. Os textos publicados na revista sempre possuíam características informativas, sem sumário, sem notas de rodapés, apenas um texto redigido em forma de artigo. Já dentro dos manuais, encontrávamos subtítulos, sumários, notas de rodapés, leituras complementares e bibliografia. Sendo assim, onde na revista se lia “O conceito de educação na pedagogia moderna”. Abr/1940, no manual lia-se “O neonaturalismo pedagógico (Século XIX e XX)” 1948.

Quadro 5 – Comparativo entre os manuais

<i>Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna</i>	<i>Noções de história da educação</i>
Título: Conceito naturalista de educação	Título: A educação espiritualista
Constam notas	Constam notas
	Constam leituras: O espírito e o cérebro e O ensino e a concepção de vida
Constam exercícios	
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Título: Conceito pragmatista de educação	Título: Educação pragmatista
	Constam leituras: A educação como reconstrução e Valor da filosofia da educação
Constam exercícios	
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Título: Conceito individualista de educação	Título: Educação individualista
Constam notas	Constam notas
	Constam Leituras: Cultura, educação e instrução. A educação da criança
Constam exercícios	
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Título: Conceito socialista de educação	Título: A educação socialista
Constam notas	Constam notas
	Constam leituras: A escola nova e o trabalho manual e A sociedade e a educação
Constam exercícios	
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Título: Conceito nacionalista de educação	Título: Educação nacionalista
Constam notas	Constam notas
	Constam leituras: A educação e a comunidade e A escola e a vida coletiva
Constam exercícios	
Consta bibliografia	Consta bibliografia

E por último no quadro 5, comparamos os dois manuais, tanto o de Filosofia da educação como o de História da educação não possuem modificações no corpo textual, ambos trazem em si notas de rodapés, bibliográficas. Logo, as diferenças são descobertas quando os títulos são modificados e no manual de História da educação passa a existir leituras complementares.

Em síntese os artigos e os manuais de ensino *Filosofia da educação* e *Noções de história da educação* de Theobaldo Miranda Santos compartilham de semelhanças profundas de temas, conteúdos, explicações e conclusões, isto é, nota-se que há transposição de material textual. (ver também Anexo 2).

9. AS REEDIÇÕES SUCESSIVAS

Segundo Carvalho (2007), as estratégias de difusão das coleções de manuais cumprem um itinerário que vai das formas tradicionais de divulgação editorial às inovações comerciais. Para a autora, a organização de projetos editoriais centrados em coleções originaram-se no século XIX e constituíam uma das estratégias de ampliação do mercado editorial e conformação da cultura, ou seja, editar significa também interferir politicamente no estado geral das culturas nacionais. Trata-se de adequar a mercadoria-livro a uma cultura específica, propondo-a à leitura de públicos específicos. Do ponto de vista comercial, o mercado é garantido pelo movimento de expansão da escolarização, aumento de matrículas e valorização da educação escolar.

9.1 As 2ª e 3ª edições

Com título modificado para *Noções de filosofia da educação*, as 2ª e 3ª edições, respectivamente de 1947 e 1949, foram publicadas pela Companhia Editora Nacional na prestigiosa série “Atualidades Pedagógicas”, volume 47. Nessa mesma série, o autor publicou *Noções de psicologia educacional*, volume 42, *Noções de história da educação*, volume 43, e *Noções de sociologia educacional*, volume 50.

Na folha de rosto do manual constava a seguinte nota: “De acordo com os programas das Faculdades de Filosofia dos Institutos de Educação e das Escolas Normais”. Quanto ao autor, constavam os seguintes dados: catedrático de Filosofia da Educação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, do Instituto de Educação do Distrito Federal e do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, ex-professor de Filosofia da Educação da Universidade do Distrito Federal.

Com formato modificado para 14 x 20, as 2ª e 3ª edições, respectivamente com 231 e 284 páginas, traziam novidades: “orelhas”, a série, o número do volume e texto na “quarta capa” com a indicação de títulos publicados. Na “orelha do livro”, a seguinte explicação:

Este livro, como nos informa o autor, “resultou de resumos de aulas de filosofia da educação, ministradas às alunas do curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, durante o ano letivo de 1941”.

O fato para o qual nos chamou a atenção o prof. Miranda Santos, longe de lhe diminuir, só aumenta o valor e confirma a utilidade do trabalho. É, como se vê, uma obra que, antes de ser escrita, foi vivida e “experimentada, no contacto diuturno com classes de estudantes, a que o autor destinou. Daí o êxito que obteve e lhe assegurou, em pouco tempo, a 2ª edição. Elaborada com unidade de concepção e de plano, redigida numa linguagem clara e acessível, ela é realmente de grande utilidade para os estudantes. A matéria de que trata o autor, com lucidez e segurança, foi reduzida ao essencial, ao que é estritamente necessário à compreensão das bases e dos problemas filosóficos de educação. Constitui, pois, uma de suas qualidades, em razão de sua finalidade didática, “o caráter sintético e esquemático desse compêndio”. Os exercícios, as notas e as indicações bibliográficas que acompanham cada um dos dez capítulos mostram ainda uma vez que o escritor teve sempre presente, para conduzi-lo e orientá-lo, o excelente professor que é de longo tirocínio no magistério. Foi evidentemente nos alunos que teve os olhos postos quando o escreveu.

Essa nota de advertência permaneceu até a 12ª edição, em 1969, ano da última edição do manual.

9.2 Da 4ª à 12ª edição

Almeida Filho (2008), autor de um estudo sobre a circulação dos projetos editoriais de Theobaldo Miranda Santos, isto é, o “Curso de Psicologia e Pedagogia” (1945) e o “Curso de Filosofia e Ciências” (1946), ambos organizados para a Companhia Editora Nacional, considerou Theobaldo Miranda Santos um *expert* na elaboração de manuais de ensino direcionados para alunos e professores. Com efeito, essas as coleções foram criadas, respectivamente, em 1945 e 1946, logo após a edição das chamadas Leis Orgânicas baixadas pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema no fim do Estado Novo.

Da 4ª edição à 12ª edição, *Noções de filosofia da educação* constou na coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”, inteiramente reservada à publicação das “Obras de Theobaldo Miranda Santos”. Nesse remanejamento, as obras do autor não sofreram modificações a não ser no formato da capa, contracapa, orelhas, lombadas e folha de rosto.

Os manuais editados nessa coleção estavam em acordo com os programas de matérias dos cursos de formação de professores, conforme as Leis Orgânicas decretadas pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (Decreto n.

8.530/1946), e, mais tarde, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/1961. Portanto, em correspondência com os programas de ensino e a estrutura curricular dos cursos normais e cursos de Pedagogia instalados no Brasil em 1939 pelo Decreto-lei n. 1.190, e com os cursos de licenciatura da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil fundada em 1939.

Para as coleções “Curso de Psicologia e Pedagogia” e “Curso de Filosofia e Ciências”, Theobaldo Miranda Santos planejou, respectivamente, 22 e 12 títulos objetivando a modelização dos conhecimentos técnicos e profissionais para a formação de professores. Os manuais a seguir referidos representam um conjunto sintético elementar de conhecimentos, fato assinalado pelo autor nos prefácios dos títulos, que expressam a concepção de mundo e de educação do autor. Como é de notar, em determinados manuais constavam elementos de críticas à Escola Nova e a seus representantes, Dewey por exemplo. Com efeito, em *Noções de história da educação*, o autor ponderava:

O experimentalismo defendido por Dewey é vazio e inconsistente. Nada oferece ao homem para que ele possa resolver seus grandes problemas espirituais. A experimentação científica não vai além da verificação e da legislação dos fenômenos, sendo-lhe de todo impossível traçar normas de ação e regras de conduta. Sua influência sobre o progresso moral do indivíduo e da sociedade é, portanto, nula. Não menos criticável é o socialismo de Dewey. O homem não é um simples produto da sociedade. Embora a influência do meio social sobre a natureza humana seja ampla e profunda, há em cada indivíduo alguma coisa de característico e de irredutível. Em toda personalidade existe um núcleo espiritual que não é plasmado pela ação do ambiente. Esse núcleo constitui o elemento original e livre da alma humana. É graças a ele que o homem cria, inventa e progride. (SANTOS, 1965, p. 344).

Quadro 6 – Coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia”

Volumes		Edições
1	<i>Noções de filosofia da educação</i>	12 edições - 1946 a 1969
2	<i>Noções de história da educação</i>	14 edições - 1945 a 1971
3	<i>Noções de psicologia da educação</i>	12 edições - 1945 a 1966
4	<i>Noções de sociologia da educação</i>	11 edições - 1947 a 1968
5	<i>Noções de pedagogia científica</i>	1 edição - 1963
6	<i>Noções de didática geral</i>	4 edições - 1955 a 1967
7	<i>Noções de didática especial</i>	1 edição - 1960
8	<i>Noções de administração escolar</i>	5 edições - 1954 a 1966
9	<i>Noções de prática de ensino</i>	7 edições - 1949 (?) a 1967
10	<i>Noções de metodologia de ensino primário</i>	11 edições - 1948(?) a 1967
11	<i>Manual do professor primário</i>	7 edições - 1948 a 1966
12	<i>Manual do professor secundário</i>	1 edição - 1961
13	<i>Orientação psicológica da criança</i>	3 edições - 1956 a 1958
14	<i>Métodos e técnicas do estudo e da cultura</i>	2 edições - 1956 a 1957
15	<i>Noções de psicologia experimental</i>	5 edições - 1949 a 1961
16	<i>Noções de psicologia da criança</i>	9 edições - 1950 a 1968
17	<i>Noções de psicologia do adolescente</i>	3 edições - 1957 a 1966
18	<i>Noções de psicologia da aprendizagem</i>	2 edições - 1963 a 1967
19	<i>Noções de psicologia aplicada ou da personalidade</i>	1 edição - 1964
20	<i>Grandes mestres da pedagogia moderna*</i>	Não publicado
21	<i>Grandes mestres da psicologia moderna*</i>	Não publicado
22	<i>Dicionário da pedagogia moderna*</i>	Não publicado

Fonte: Quarta capa da 12ª edição de *Noções de Filosofia da Educação* (1969) e Almeida Filho (2008).

Quadro 7 – Coleção “Curso de Filosofia e Ciências”

Volumes		Edições
1	<i>Manual de filosofia*</i>	17 edições - 1946 a 1972
2	<i>Manual de sociologia*</i>	7 edições - 1958 a 1971
3	<i>Manual de psicologia*</i>	3 edições - 1965 a 1969
4	<i>Manual de economia*</i>	1 edição - 1966
5	<i>Manual de política</i>	
6	<i>Manual de história</i>	
7	<i>Manual de antropologia</i>	
8	<i>Manual de biologia</i>	
9	<i>Manual de lógica</i>	
10	<i>Manual de ética</i>	
11	<i>Manual de metafísica</i>	
12	<i>Manual de história da filosofia</i>	

Fonte: Almeida Filho (2008) - Os títulos assinalados com asteriscos foram efetivamente publicados.

A obra *Manual de filosofia* foi igualmente publicada na série “Iniciação científica”, da Nacional, e reeditado quatro vezes entre 1946 e 1949 (cf. ALMEIDA FILHO, 2008). Conclui-se que Theobaldo Miranda Santos participou intensa e ativamente como divulgador de sua produção didática, isso pelo fato de ser um

professor atuante no magistério em diversas instituições de ensino de nível médio e superior e ter ocupado diversos cargos administrativos importantes. E como regra geral, os manuais de sua autoria estavam em conformidade com os programas de ensino estipulados pelas leis Orgânicas do Ensino elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4024 de 1961. Todavia, o largo ciclo de reedições bem sucedidas do manual *Filosofia da educação* iria se encerrar com a reforma do ensino universitário pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e do ensino elementar e médio culminadas com a Lei 5.692/71. Segundo Almeida Filho (2008) as sucessivas reedições dos títulos Coleção “Curso de Psicologia e Pedagogia” e Coleção “Curso de Filosofia e Ciências” totalizaram 531.849 exemplares no período de 1945 a 1971.

10. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A leitura e análise do manual *Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna* revelam um conjunto de conceitos fundamentais elaborados em consonância com a obra filosófica e pedagógica de Franz de Hovre.

10.1 O conceito de filosofia

Para Theobaldo Mirando Santos, a filosofia medieval atingiu a plenitude com São Tomás de Aquino que corrigiu e aperfeiçoou o sistema aristotélico, e assim precisou o objeto da filosofia distinguindo-a da teologia e solucionou a questão das relações entre a razão e a fé.

Filosofia e teologia são duas ciências distintas, não contrárias; a razão e a fé não se hostilizam. De fato, Deus manifesta a verdade de dois modos: diretamente pela revelação e indiretamente subministrando-nos, com as faculdades cognitivas, os instrumentos para adquiri-la. O estudo da verdade revelada é objeto da teologia, o estudo racional do universo é da alçada da filosofia. O objeto material das duas ciências poderá por vezes ser comum (a existência de Deus, a espiritualidade da alma, etc. são ao mesmo tempo verdades filosóficas e teológicas), mas o aspecto sob o qual encaram as duas ciências (objeto formal) é sempre diverso, procedendo ao estudo do dogma por autoridade e a filosofia por demonstração científica. (SANTOS, 1942, p.21).

A filosofia seria o conhecimento científico que, pela luz natural da razão, consideraria as causas primeiras, ou as razões mais elevadas de todas as coisas. Para o nosso autor, portanto, a definição clara e precisa da filosofia consta na obra de São Tomás de Aquino, por sua vez as definições modernas de filosofia seriam ou inexatas ou unilaterais por não possuírem uma visão ampla e profunda da natureza das coisas e da hierarquia dos valores que regem o universo: “É interessante assinalar que os resultados das investigações científicas contemporâneas veem confirmando, de certo modo, os pontos de vistas de São Tomás, segundo os quais as conclusões das ciências possuem valor relativo e não passam de aproximações provisórias da realidade.” (1942, p.24) Assim o autor conceituava a filosofia como campo de conhecimento causal e sintético, cujo objeto material seria tudo o que existisse de acessível à inteligência, observando-se que a causalidade primeira, Deus é a razão fundamental.

Em suma, à luz desses caracteres que acabamos de analisar, podemos definir a filosofia com um sistema de conhecimentos naturais, metodicamente adquiridos e ordenados que tende a explicar todas as coisas por suas razões fundamentais. Eis porque Aristóteles e São Tomás denominaram a filosofia de “ciência da universalidade das coisas por suas causas mais profundas e gerais”. (1942, p.26).

A seu ver as partes que mais interessariam à filosofia da educação seriam (i) a filosofia da natureza no que se refere aos problemas da biologia e da psicologia, ou melhor, ao estudo da natureza biológica e psicológica do educando, e (ii) a filosofia moral no que se refere a determinação das finalidades educacionais, valores pedagógicos, normas práticas da boa conduta individual e social e fundamentos de uma política educacional.

10.2 O conceito de educação

No pensamento de Theobaldo Miranda Santos, o homem é aquele que entre os animais é aquele que o mais depende de cuidados para desenvolver as virtualidades que lhes são próprias. Portanto, a educação é um dado cultural presente em todas as formas de sociedades e “sua característica essencial é sempre o impulso para o aperfeiçoamento do homem em formação, definido pela própria palavra educação que significa, etimologicamente, ato de extrair ou desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do educando.” (1942, p. 41).

E apenas o conceito cristão de educação ofereceria uma visão integral do homem, da vida e do universo. Para nosso autor, desde o ponto de vista do cristianismo, a educação consiste na formação da personalidade do educando “[...] processo vital resultante de fatores externos e internos, de forças naturais e espirituais, da ação consciente do educador e da vontade livre do educando.” (1942, p. 56), assim, a educação não pode se resumir a adaptação ou a utilidade, pelo contrário, é formação completa da personalidade. Essa perfectibilidade pela educação pensada pelo cristianismo teria como objetivo conduzir o indivíduo ao entendimento de uma ordem da natureza e da graça, pois, o fim supremo da educação cristã seria a busca da “perfeição moral simbolizada pela personalidade viva de Jesus Cristo.” (1942, p.56).

10.3 O conceito de filosofia da educação

Para Theobaldo Miranda Santos os problemas pedagógicos seriam aqueles referentes às concepções de homem, vida e universo. O estudo desses problemas exigiria sólidos fundamentos filosóficos, daí o debate a respeito dos fins e/ou ideais da educação. Nesse debate caberia a filosofia da educação efetuar a crítica reflexiva dos postulados das ciências e das técnicas educativas bem como das finalidades da ação pedagógica. Ou seja, a filosofia da educação atuaria como “a teoria crítica e normativa da educação, isto é, como o ramo da filosofia em geral aplicado ao estudo dos problemas essenciais da educação.” (1942, p.90).

A diferenciação entre a filosofia geral e a filosofia da educação consistiria no ato de recolher, analisar e sistematizar as informações e dados empíricos acerca da natureza mental do educando e dos processos ligados à sua formação. a filosofia da educação comportaria momentos distintos, o primeiro visaria ao estudo da educação como soma de processos diversos, tais como, crescimento, desenvolvimento, maturação, adestramento, aquisição de conhecimentos e formação de hábitos, porém analisados como fenômenos de conjunto e/ou processo integral; o segundo momento visaria ao estudo crítico da educação nos aspectos relacionados aos fins, aos métodos, aos valores, ao educando e, por fim, aos agentes da educação. E pelo seu teor normativo à filosofia da educação caberia estruturar as normas e os ideais que norteadores da ação educativa. Baseado em Franz De Hovre, Theobaldo Miranda Santos considerava que o estudo da

pedagogia deveria estar em permanente contato com a filosofia e vice-versa, sobretudo, considerava ser um equívoco fundamentar a pedagogia exclusivamente na psicologia.

É evidente que a psicologia é uma das ciências básicas da educação; mas o conhecimento do educando não é o bastante para a realização perfeita e integral da obra educativa. É claro e indiscutível que o educador se deve adaptar à criança, mas a educação propriamente dita só começa quando a criança se adapta ao educador, à cultura, às verdades, ao sistema de valores que ele tem a missão de lhe transmitir. (1942, p. 95).

Outro equívoco seria reduzir a pedagogia à condição de metodologia pedagógica, para o nosso autor, programas, organização e técnicas educativas teriam valor secundário: “O que deve primar, sobretudo seriam as verdades que fundamentam a ação do educador, é o tipo ideal de vida que dirige a sua inteligência e a sua personalidade.” (1942, p. 95) Para ele, os pedagogos modernos confundiam os meios com os fins, isso pelo fato de priorizarem os métodos e as técnicas educativas em detrimentos dos valores e dos ideais formativos.

10.4 O conceito de educando

Para Miranda Santos a educação deveria permear toda a existência humana, por conseguinte, o termo educando deveria referir-se não apenas à criança, ao adolescente e ao jovem, mas ao ser humano de todas as idades: “O homem é, por sua natureza atual, imperfeito e inacabado. E, se de um lado nunca pode chegar à perfeição ou à terminação da sua natureza na terra, por outro nunca cessa de precisar cuidar desse aperfeiçoamento. O homem é um ser que se educa desde que nasce até que morre.” (1942, p.109)

Para ele haveria duas preocupações primordiais, a saber, a educação das novas gerações e a dos adultos, incluindo-se aí não só os indivíduos normais, mas também os anormais. Assim a educação dos adultos seria mais importante do que a educação das novas gerações “[...] porque, se estas não constituem ainda forças capazes de perturbar o equilíbrio e a marcha da sociedade, aqueles, por sua ação direta sobre a vida da comunidade, quando não são orientados e esclarecidos por uma educação sadia e elevada, podem se transformar em fatores dissolventes de desequilíbrio e de desordem social. (1942, p.110) Se analfabetos e ignorantes os adultos exerceriam influência dissolvente na educação das novas gerações podendo anular a ação da escola. E para

além do domínio da leitura, do cálculo, e de outros conhecimentos, caberia ministrar uma educação moral e religiosa, apenas assim o adulto adquiriria normas de conduta orientada por valores e ideais espirituais conforme os princípios superiores da moral cristã.

A educação dos adultos deve, por conseguinte, consistir numa formação intelectual, social, moral, religiosa, cívica e profissional dos indivíduos, de modo a torná-los elementos conscientes e ativos de aperfeiçoamento pessoal e de progresso social. A influência da educação intencional e sistemática não deve, porém, limitar-se somente aos indivíduos sadios e normais, mas estender-se também aos anormais físicos, intelectuais ou morais. (1942, p.111).

No seu ponto de vista, o educando deve ser a causa material da educação, e o ideal educativo a causa final, por sua vez, o método deve ser a causa instrumental e o educador a causa eficiente: “Para o conhecimento da natureza profunda e essencial do educando não basta, porém, a contribuição da biologia e da psicologia experimentais. É necessário, ainda, ultrapassar a superfície dos fenômenos e penetrar no plano ontológico.” (1942, p.121) Tal função caberia à antropologia filosófica, somente por ela seria possível conhecer a natureza substancial do homem, ou seja, a estrutura íntima da sua personalidade e o sentido do seu desenvolvimento.

A interpretação do processo educativo será inteiramente diversa conforme se considerar o homem como um ser idêntico ou não ao animal, como um ser livre ou subordinado ao determinismo da natureza, como um ser material ou espiritual, como um ser cujo desenvolvimento resulta da ação de fatores inatos e ou de fatores adquiridos. (1942, p.121).

Tais problemas transcenderiam o âmbito da ciência positiva; não sendo suficiente elucidá-los apenas sob o ponto de vista da biologia e da psicologia experimentais.

São necessários, ainda, para sua solução, os esclarecimentos oferecidos pela antropologia filosófica. Somente esta poderá precisar e completar os dados fragmentários e unilaterais fornecidos pelo exame analítico e particularizado das ciências experimentais e, mediante uma interpretação metafísica profunda, sintética e compreensiva, nos conceder uma imagem integral do homem em toda a sua misteriosa complexidade. (1942, p.121).

Por ser dotado de capacidade de autoconhecimento e exercer domínio sobre seus atos, o homem demonstra-se dotado de razão e liberdade, sendo senhor de si e de suas ações: “A atividade refletida é, portanto, a característica essencial do homem. Ela é, ao mesmo tempo, *ação e criação*.” (1942, p.124, grifos no original).

10.5 O conceito de aprendizagem

No pensamento de Theobaldo Miranda Santos, a aprendizagem é um processo dependente do interesse em duas vertentes, a saber, (i) o interesse sensitivo, baseado nas tendências instintivas e nos interesses racionais, e (ii) o interesse pautado em juízos de valor, portanto, oposto às solicitações puramente instintivas. Assim haveria três formas de aprendizagem: uma vinculada à aquisição de conhecimentos e a instrução a fim de aprender a conhecer a vida; outra vinculada à educação propriamente dita, na qual se aprende a adaptação à vida; e, por fim, a aprendizagem da cultura.

Pela instrução e pela educação, isto é, pela aquisição de conhecimentos e pela aquisição de hábitos formamos a nossa personalidade. Pela cultura, isto é, pela aquisição e realização de ideais aperfeiçoamos a nossa personalidade. Isto significa que a instrução se deve subordinar á educação e esta à cultura. Pois é na cultura que se funde organicamente e atinge o seu mais alto grau a ação formativa da instrução e da educação. (1942, p. 227).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante seu ciclo de vida, o manual de Theobaldo Miranda Santos em suas respectivas reedições, sofreu alterações mínimas no que diz respeito à configuração textual; os capítulos e os conteúdos teóricos permaneceram literalmente inalterados. Para ele, desde o ponto de vista da doutrina da *philosophia perennis*, tratava-se de determinar as finalidades educacionais, os valores pedagógicos, as normas práticas da boa conduta individual e social e, sobretudo, os fundamentos de uma política educacional, pois não há possibilidades histórico-filosóficas quanto à existência de uma pedagogia neutra. Ademais, concebia o indivíduo como ser essencialmente uno, dotado de razão e liberdade. Conseqüentemente, à educação caberia formá-lo como ser moral, ou seja, subordinado à lei do dever, dotado de responsabilidade ou passível de mérito e demérito, recompensa ou castigo. Enquanto pessoa tem caráter de fim e como tal é suscetível de direitos.

Em toda sua existência o corpo textual do manual foi se adaptando aos mecanismos pelos quais foram surgindo, sua passagem por artigos da revista *A Ordem* no início da década de 1930 fez dessas comunicações veículos por qual a Igreja apresentava suas diretrizes ligadas à educação. Todavia, no momento em que se encorpou como manual de ensino correu pelas principais vertentes católicas do período, Colégios, Institutos de Educação, Universidades, etc.

Theobaldo Miranda Santos soube ler e compreender seu tempo, formulando textos com cunho cristão que se tornariam capítulos de varias obras, articulando apenas as suas posições nos manuais. Visto que, ao nos depararmos com os manuais, *Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna*, *Noções de História da Educação*, *Noções de Psicologia Educacional*, *Noções de Sociologia da Educação*, *Manual de Filosofia*, observamos que em todos estão presentes os artigos publicados na revista *A Ordem*.

Uma jogada de mestre, visto que no período havia uma disputa entre católicos e escolanovistas, cabendo à Companhia Editora Nacional publicar obras por meio de coleções que agradassem a todos, valorizando ambos os lados. Uma dessas coleções foi

a “*Atualidades Pedagógicas*”, comandada por Fernando de Azevedo, personagem representativo do período, que depois de seu sucesso passou a possuir a sua própria coleção “*Curso de Psicologia e Pedagogia*”. Nesse momento percebemos que os manuais de Theobaldo Miranda Santos estavam sendo ferramentas ativas para uma formação cristã, que publicar obras que vão desde conceitos administrativos, didáticos, científicos, eram sim um meio rendável, cuja afirmação veio das edições posteriores.

As preocupações de Theobaldo Miranda Santos para com a educação foram todas apresentadas em seus manuais, discursando desde temas ligados a vida ou temas fundamentais na formação do ser humano. Abaixo nos submetemos ao seu conceito de formar o indivíduo;

Formar é, portanto, atualizar o que existe em potência, é explicitar o que se acha implícito. É, pois uma tarefa de colaboração do educador e do educando, ambos *ativamente* cooperando na mesma obra de criação, de formação de alguma coisa que passa do estado latente para o estado patente. Ora, o que no homem é assim explicitado e trazido à tona, por assim dizer, *é a sua própria humanidade*, aquilo que o faz verdadeiramente homem. Todo ser é perfeito na medida em que realiza a forma essencial do seu próprio ser. Educar é, pois, formar o homem segundo a sua forma perfeita, a sua “humanidade”, a sua diferença específica entre os demais seres vivos da criação. Essa é a finalidade que deve guiar, a cada momento, toda e qualquer tarefa educadora (SANTOS, 1942, p. 149, grifos no original).

Não podemos deixar de destacar as características tomistas que Theobaldo Miranda Santos trás, valorizando a relação que há entre educador e educando, ambos contribuindo para a formação humana, onde a perfeição está no educar, conceito esse existente apenas nos humanos.

O homem, então, “[...] é um ser intencionado, isto é, orientado num sentido (*intentio*) incompleto em busca de acabamento” (SANTOS, 1942, p. 167). Logo, a educação possuiria em si uma finalidade para o bem ao espiritualizar as pessoas. Para este ponto de vista, ao educador compete promover a formação física, religiosa, social, cívica e profissional. E como os valores morais e espirituais se sobrepõem aos valores físicos intelectuais, sociais, cívicos e econômicos, o ideal formativo que subordinaria todos os demais seria a formação moral e religiosa do educando, uma vez que o fim último do homem consiste na união com Deus, fonte eterna da verdade, da beleza e da

bondade. Portanto, a formação do indivíduo seguiria três aprendizagens, a saber, instrução, educação e cultura; unidas, tais aprendizagens formariam a personalidade do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Orlando José de. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos*. (1945-1971). São Paulo, 2008. Tese de Doutorado (em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- BUSCH, Reinaldo Kuntz. *Ensino normal em S. Paulo: legislação vigente, evolução através dos tempos, organização atual, administração e sistema progressivo*. São Paulo: Record, 1935.
- CAPALBO, Creusa. As raízes históricas da filosofia da educação no Brasil. In: CRIPPA, Adolpho. (org.) *As ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Biblioteca para professores e modelização das praticas de leitura. In: XXIV Simpósio Nacional de História – Associação Nacional de História (ANPUH), 2007. *Anais...*
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, dez. 2004.
- _____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *Revista de História da Educação*, Campinas/ SP, v. 13, n. 27, jan./abr. 2009.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo. Editora Cortez – Autores Associados, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985.
- MARITAIN, Jacques. Prefácio (da edição francesa). In: DE HOVRE, Franz. *Ensaio de filosofia pedagógica*. Tradução Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Nacional, 1969. p.xx-xxvi. (Atualidades pedagógicas, v. 95)
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MORAES FILHO, Evaristo. O ensino da filosofia no Brasil. *Decimália*, Rio de Janeiro, 1959.
- MORAIS, Maria Helena de Jesus Silva. *Da pedagogia que pegou de galho? A uma pedagogia nova e brasileira: Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e seus manuais didáticos*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). FE-USP.

PONTES, Heloisa. *Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50*. In: MICELI, Sérgio. (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. (v.1)

RENSON, Raymond P. *The educational work and theory of Franz De Hovre*. 1954. Master's Theses. Paper 1227. http://ecommons.luc.edu/luc_theses/1227 - disponível em 20-05-2014.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. Produção de um inventário pedagógico: os manuais de história da educação de Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos para a formação de professores normalistas. 2007. In: Congresso da Associação de Leitura Brasileira (ALB). *Anais...*, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. [História da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.](#)

SEVERINO, Antonio Joaquim. A filosofia da educação no Brasil. Esboço de uma trajetória. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. (org.) *O que é filosofia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Valéria Jacó. Os saberes docentes católicos expressos por Theobaldo Miranda Santos nas páginas da revista *A Ordem*: 1935-1944. Londrina, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, Vivian Batista da. *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). FE-USP.

TOLEDO, Maria Rita de A. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado (em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (orgs.) *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 139-156.

VAN ACKER, Leonardo. Franz de Hovre: o homem e a obra. In: DE HOVRE, Franz. *Ensaio de filosofia pedagógica*. Tradução Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. São Paulo: Nacional, 1969. p.xiii-xx. (Atualidades pedagógicas, v. 95)

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais nos projetos dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais – CBPE/INEP/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista. EDUSF, 1999.

ZARAGÜETA, Juan. Prologo. In: DE HOVRE, Franz. *Ensayo de filosofia pedagógica*. Traducción Jose Maria Bernaldez. Madrid: Ediciones FAX, 1952, p.5-9.

Verbetes de enciclopédias

MIRANDA. Santos (Theobaldo). In: *Larousse Cultural*. Brasil A/Z. Enciclopédia Alfabética em um único volume.

Anuário da Grande Enciclopédia Delta Larousse: com eventos de 1971. Alberto Dines (Coord.).

Nova Enciclopédia Barsa

Grande Enciclopédia Larousse Cultural

Grande Enciclopédia Delta Larousse

Instituições consultadas

- Centro de Referência para a Pesquisa Histórica em Educação – FCL – UNESP – Araraquara:
<http://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/ciencias-da-educacao/docentes/carlos-roberto-da-silva-monarcha/>
- Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos – SP:
<http://www.bco.ufscar.br/>
- Serviço de Biblioteca e Documentação da FCL – UNESP – Araraquara:
<http://www.fclar.unesp.br/#!/biblioteca/>
- Colégio Estadual “Theobaldo Miranda Santos”, Maringá –PR.
<http://www.mgatheobaldosantos.seed.pr.gov.br/modules/liaise/>
- Bases de dados e catálogos coletivos
- DEDALUS/USP: <http://dedalus.usp.br>
- ACERVUS – UNICAMP: <http://acervus.unicamp.br/>
- ATHENA – UNESP: <http://portal.biblioteca.unesp.br/portal/athena/>

Anexo 1

Quadro 8 – Comparativo entre *Ensayo de filosofía pedagógica* (1968) e *Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna* (1942).

<i>Ensayo de filosofía pedagógica</i> , de Franz de Hovre	<i>Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna</i> , de Theobaldo Miranda Santos
Prologo	Táboa das matérias
Introducción	Advertência
Educación y filosofía	
Filosofia pedagógica	
La filosofía, en cuanto doctrina de la concepción de la vida: la pedagogía, en cuanto doctrina del ideal de la educación	
El movimiento em favor de la filosofía pedagógica	
El movimiento em favor de la filosofía pedagógica	
Primeira parte Filosofia y pedagogía del naturalismo	Primeira parte Bases filosóficas da educação
La soberania de la naturaliza	I – A filosofia
La ciencia de la naturaliza	Conceito de filosofia
La lucha contra la religión	Evolução do conceito de filosofia
La ciencia contra la filosofía	A filosofía na Antiguidade Oriental
El hombre	A filosofía na Grécia
El arte naturalista	Sócrates, Platão e Aristóteles
La moral naturalista	A filosofía na Idade Média
La vida social	Harmonia da razão com a fé
La historia	Sto Tomás e o esplendor da escolástica
Cultura y civilización	Guilherme de Occam e a decadência da escolástica
Educación y pedagogia	A filosofía moderna
Spencer, pedagogo del naturalismo	Bacon, Descartes e Locke
Sumario de una crítica del naturalismo	Kant, Fichte, Schelling e Hegel
Confusión entre el naturalismo y la ciência	Schopenhauer, Herbart e Comte
Carácter anticientífico del naturalismo	William James e Bergson
Quiebra del naturalismo	Natureza da filosofia
El movimiento antinaturalista	A filosofía e o conhecimento empírico
La ciencia contra el naturalismo	A filosofía e o conhecimento científico
Transvaloración de la ciencia	A filosofía e o conhecimento revelado
La autonomia del arte	Extensão e divisão da filosofia
La autonomia de la filosofía	Partes da filosofia
La autonomia de la religión	Os ramos da filosofia e a filosofia da educação
Dos maestros del antinaturalismo: Boutrox	II – A educação
Su significación, vida y obra	Conceito de educação
La filosofía de la vida em Eucken	Conceito naturalista de educação
Boutrox y la pedagogia	Origem e evolução do naturalismo moderno
Eucken	Crítica da concepção naturalista da vida e da educação
El filósofo y su obra	Conceito idealista de educação
La filosofía de la vida em Eucken	Origem e evolução do idealismo moderno
La lucha de Eucken contra El naturalismo	Crítica da concepção idealista da vida e da educação
Eucken y la instrucción	Conceito pragmatista de educação
Conclusión de este estudio sobre el naturalismo	Origem e evolução do pragmatismo moderno
Crítica de la educación naturalista de Spencer	Crítica da concepção pragmatista da vida e da educação
Segunda parte La concepción socialista de la vida y la	Conceito cristão de educação

pedagogia radical-socialista	
Exposición del socialismo	Conceito individualista de educação
Consideraciones preliminares	Conceito socialista de educação
Poder de la comunidade	Conceito nacionalista de educação
Dependencia de individuo	Conceito culturalista de educação
La sociología, ciencia de las ciencias	Conceito personalista de educação
La sociología como filosofía de la vida	Harmonia e integridade da concepção cristã de vida e educação
Socialización de todos lós campos culturales	III – A educação e a filosofia
Socialización de la psicología	Conceito de pedagogia
La religión, reducida a la vida social	Dependência da ciência da especulação filosófica
Moral sociológica	A obra de Poincaré, Eddington, Einstein, Planck, Heisenberg e Jeans
Arte social	Sto Tomás e as relações da filosofia com as ciências
Socialización de la historia	Natureza científica da pedagogia
Cultura social	Pontos de vista dos educadores naturalistas, pragmatistas, socialistas, idealistas e culturalistas
Ideal socialista de la vida	A pedagogia como ciência prática da educação
Comunidad de trabajo	A educação e a concepção de vida
Socialización de la educación	O homem e a metafísica
Pedagogía radical social	A filosofia e a pedagogia
Pedagogos sociales radicales	A pedagogia no tempo
Dewey	Evolução das formas e tipos de educação
Dewey: El hombre y el pensador	A pedagogia no espaço
Dewey, pedagogo social-radical	Diretrizes atuais da pedagogia
Natorp	A educação e a metafísica
Significación de sua obra	Ilusão de uma escola neutra e de uma educação técnica
El socialismo de Natorp	IV – A filosofia da educação
La pedagogia socialista de Natorp	Conceito de filosofia da educação
Bergmann	A filosofia da educação e as ciências particulares da educação
Kerschensteiner	Caracteres da filosofia da educação
El hombre y su su obra	A filosofia da educação e a formação do educador
Kerschensteiner: su concepción de la vida	Valor da filosofia da educação
Educación cívica	Importância pedagógica da filosofia
La escuela activa, según Kerschensteiner	Importância filosófica da pedagogia
Kerschensteiner y Dewey	Interesse atual pela filosofia da educação
Durkheim	Reação contra o cientificismo pedagógico
Su vida y su obra	Relatividade do conhecimento científico
Sociologismo de Durkheim	A filosofia e a ciência contemporânea
Pedagogía social-radical de Durkheim	A filosofia e o realismo pedagógico
Crítica de la concepción socialista de la vida	Maritain e os “preconceitos” da pedagogia moderna
Notas preliminares	Relações da filosofia da educação com a filosofia geral
Socialismo y naturalismo	Segunda parte Problemas filosóficos da educação
El socialismo, reacción contra el individualismo	V- Os fins da educação
El error capital del socialismo	Conceito de fim
Interacción del individuo y la sociedade	Definição de Aristóteles e Sto. Tomás
Antinomia entre El individuo y la sociedade	Negação dos fins pelo materialismo mecanicista
Concepción Cristiana de la sociedade	Descartes, Spinoza e o preconceito antiteleológico na filosofia moderna
La parte de verdad de la sociología moderna	Reação finalista na filosofia, na psicologia e na biologia contemporâneas

Irreductibilidad de la religión a la comunidade	A finalidade e a vida
Irreductibilidad de la moralidad a la socialidad	A finalidade e a educação
Impotencia de la moral sociológica	Os fins e os valores educativos
La pirámide de la moral	Noção de ideal educativo
Materialismo histórico	Carácter finalista do progresso educativo
El determinismo sociológico y el libre albedrío	O erro dos naturalistas e pragmatistas
El arte social	Natureza do ideal educativo
Trabajo y sociedade	Impossibilidade da ciência experimental de fornecer os ideias da educação
Irreductibilidad del individuo	As concepções de vida e os ideias educativos
La crisis del socialismo	A psicologia coletiva e os ideias educativos
Crítica de la doctrina social-radical de la educación	Os fins e os meios da educação
Pedagogos sociales moderados	Hierarquia dos fins e meios da educação
radición y pedagogia social	VI – O educando
Pestalozzi	Conceito de educando
Wilmann	As gerações novas e os adultos
El hombre y su obra	O educando e a biologia
Principios fundamentales de su pedagogia social	A educação e a vida
Didáctica social	O educando e psicologia
Paulsen	Correntes da psicologia contemporânea
Toischer, Rein, Barth, Foerster	Conclusões básicas da psicologia atual
Kidd	O educando e a filosofia
Célebre sociólogo y pedagogo	A antropologia filosófica e a educação
Kidd, sociólogo Cristiano	O homem e o animal
Kidd, pedagogo social	Concepção de natureza humana
Tercera parte Nacionalismo y politismo como concepción de la vida y de la educación	A criança e o adulto
Introducción	O desenvolvimento mental do homem
A alma de Alemania	Teorias do desenvolvimento humano
El nacionalismo alemã, movimiento reaccionario	A educabilidade do homem
Nacionalismo cultural	Natureza do processo educativo
Conflicto entre la nación y lós Estados	A personalidade humana
Nacionalismo político, o politismo	Arquitetura da personalidade
El hombre individual	Atributos essenciais da personalidade
Nacionalización e estatificación	Formação da personalidade
Etica nacionalista y política	VII – Os métodos da educação
La cultura alemana	Conceito de método
El Espíritu de la educación alemana	Métodos lógicos e métodos pedagógicos
La nacionalización de la educación	Métodos inventivos, sistemáticos e didáticos
La educación alemana ES, sobre todo, um desenvolvimiento de la inteligència	Condições do método
La educación alemana, como educación del Estado	Valor e utilidade do método
Fichte, filósofo y pedagogo del nacionalismo alemán	Regras metodológicas de Descartes
El nacionalismo radical de Fichte	Método científico e concepção do mundo
Educación nacionalista radical	Método didático e método pedagógico
Crítica del nacionalismo y del politismo alemanes	O método e a personalidade do educador
Introducción	Evolução do método didático
Principales teorías sobre la nación	Classificação dos métodos didáticos
La raza y la doctrina de la nación	Métodos gerais e especiais
Crítica de lãs teorías objetivas	Métodos individualizados, socializados e mistos
Crítica de las doctrinas subjetivas de la nación	Método pedagógico e concepção de vida
La comunidad Cristiana de lós pueblos	A técnica e a cultura
El Rembrandt alemã: Langbehn, pedagogo de arte y crítico de la cultura y de la educación alemanas	A máquina e o homem
El hombre y su obra	Pontos de vista de Bergson, Spengler, Berdiaeff e

	Werner Sombart
Crítica de la cultura y de la educación alemanas	A técnica e a educação
Rembrandt, como guía	VIII – O educador
Foerster, filósofo de la cultura, moralista, pedagogo del carácter	Conceito de educador
Consideraciones generales	Pontos de vista de Aguayo e Kerschernsteiner
Foerster: su vida y obra	A educação espontânea ou reflexa
Foerster, como filósofo de la cultura	Ideias de Dewey e Krieck
Filosofía de la cultura Etica y pedagogia	Influência da natureza e da sociedade sobre o homem
La causa íntima de la crisis cultural contemporánea	Carácter lúcido e inteligente da aprendizagem
El hundimiento de Alemania y la cultura alemana	Carácter consciente e propositado do ato pedagógico
Foerster, conciliador entre la cultura moderna y la cultura Cristiana	O educador como um dos agentes do processo educativo
Concepción de la cultura del alma, según Foerster	Evolução do conceito de educador
Cristo y la cultura del alma, según Foerster	Métodos de estudo do educador
Federalismo Cristiano y comunidad cultural Cristiana	Método histórico
Iglesia y cultura: concepto católico de la cultura	Método dedutivo
Foerster, como moralista	Método indutivo
Crítica de Foerster sobre la moral moderna	Caracterização da personalidade do educador
Foerster, como moralista Cristiano	A vocação pedagógica
Foerster, Foerster, pedagogo del carácter	Qualidades físicas do educador
Crítica de la pedagogía moderna	Qualidades intelectuais
Foerster, conciliador entre la pedagogía moderna y la pedagogía Cristiana	Qualidades morais
El federalismo pedagógico de Foerster	O educador e o ideal
El federalismo em la doctrina de la educación	IX – A aprendizagem
El federalismo em lós principios de la formación general del carácter	Conceito de aprendizagem
El federalismo y la pedagogía del carácter em la escuela	Importância filosófica e pedagógica do problema da aprendizagem
El federalismo pedagógico y lós problemas especiales de educación	Teorias modernas da aprendizagem
	Teorias asociacionistas e não asociacionistas
	Teoria da apercepção
	Teoria estruturalista
	Teoria funcionalista
	Teoria reflexológica
	Teoria hedônica
	Teoria behaviorista
	Teoria dinâmica
	Teoria hórmica
	Teoria gestaltista
	Teoria da assimilação
	Outras teorias
	Teoria de Sto Tomás
	Caracteres da aprendizagem
	Carácter inteligente e seletivo
	Carácter dinâmico e auto-ativo
	Carácter sintético e global
	Transferência de aprendizagem
	A aprendizagem e as diferenças individuais
	A aprendizagem e o interesse
	Formas fundamentais da aprendizagem
	X – A disciplina
	Conceito de disciplina

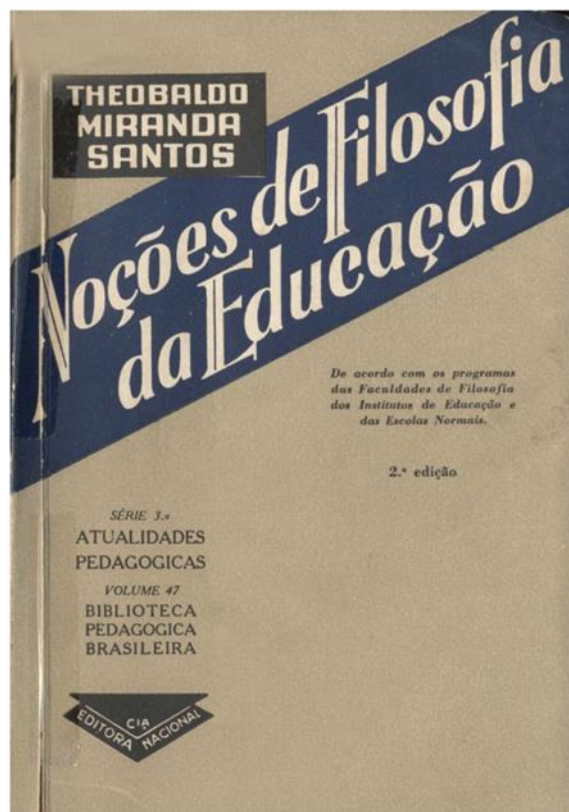
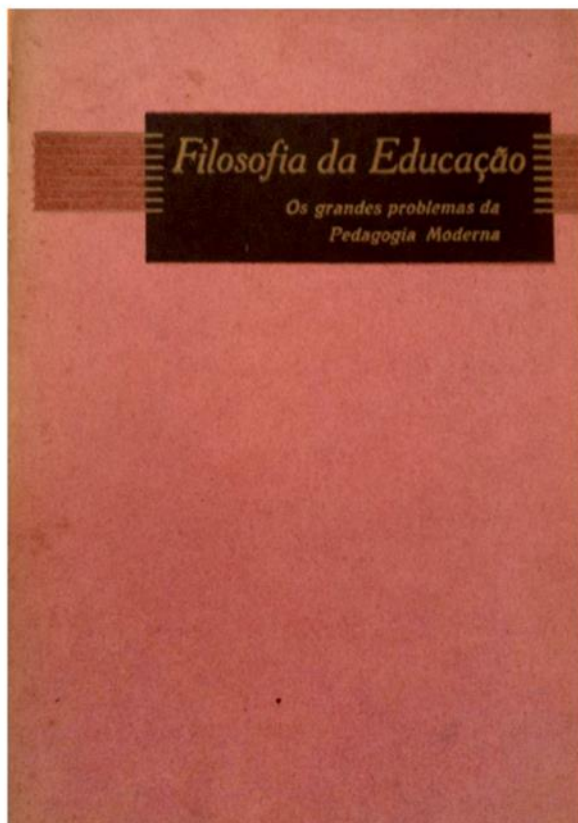
	A disciplina e a personalidade
	Caracteres da disciplina
	A autoridade e a liberdade na disciplina
	A disciplina e método
	A disciplina e o trabalho escolar
	A disciplina e o interesse
	Ideias de Dewey e Claparède
	A disciplina e a consciência moral
	Os prêmios e os castigos
	Kiessling e a falibilidade infantil
	Sistemas de disciplina
	Sistemas de autonomia absoluta
	Sistemas de autonomia liberal
	Sistema de autonomia dirigida
	Disciplina das reações naturais
	Pio XI e os sistemas modernos de disciplina
	O amor e a disciplina

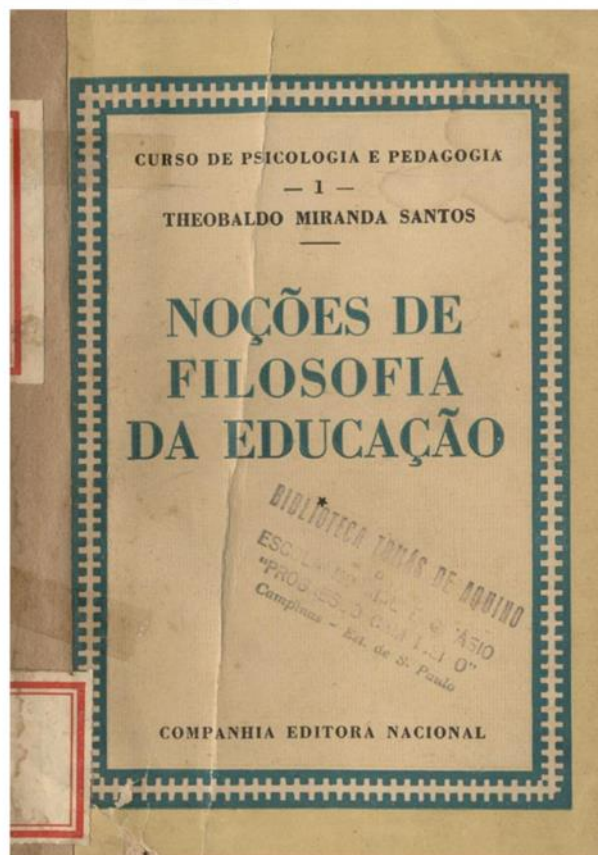
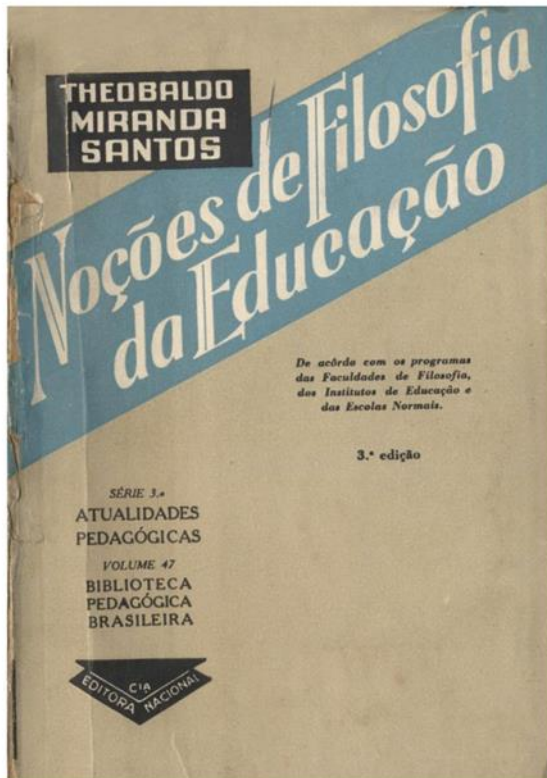
Anexo 2

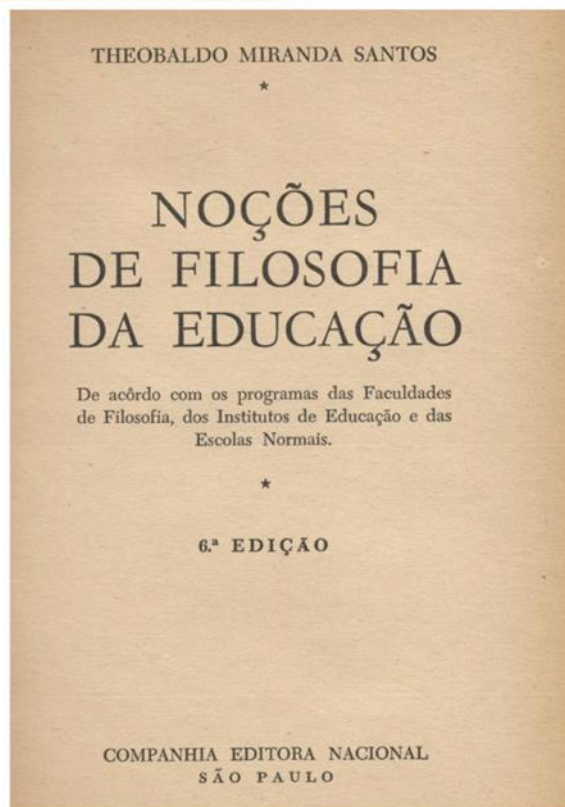
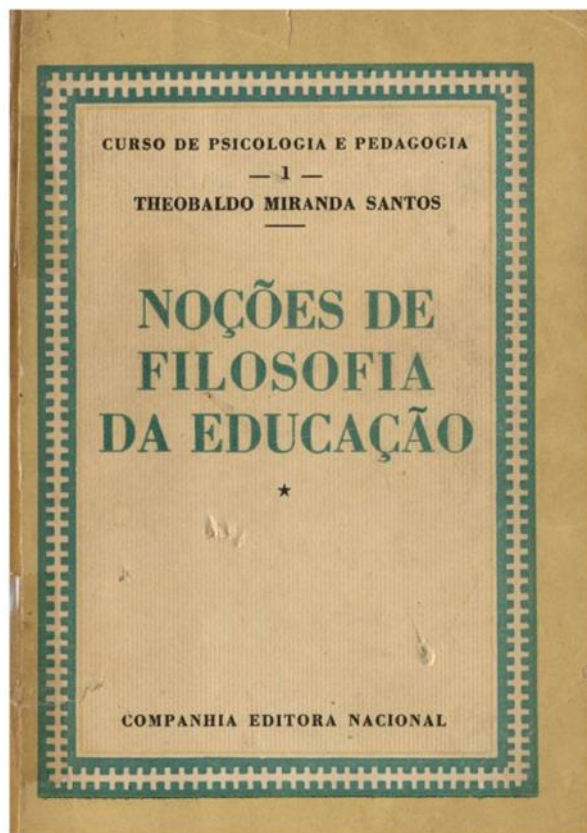
Quadro 9 – Comparativo entre *Manual de filosofia (1946)* e *Noções de história da educação (1958)*

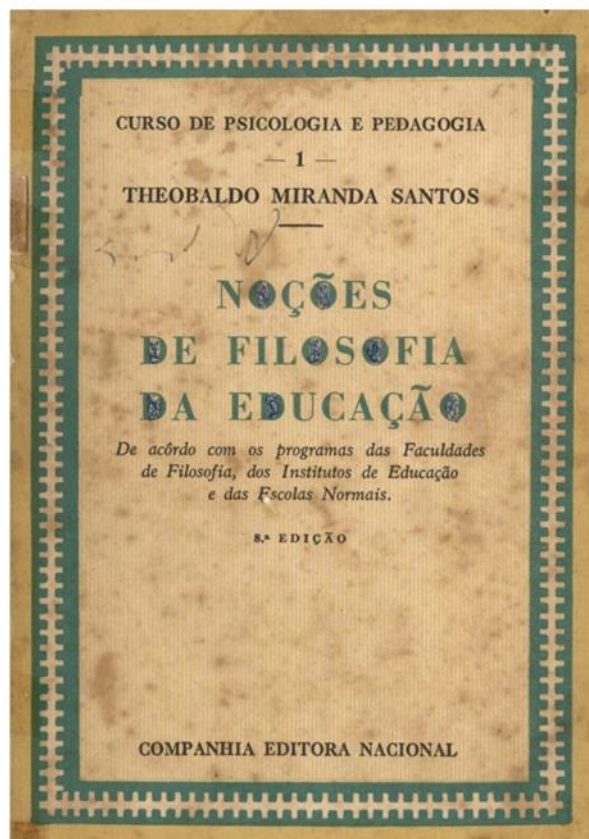
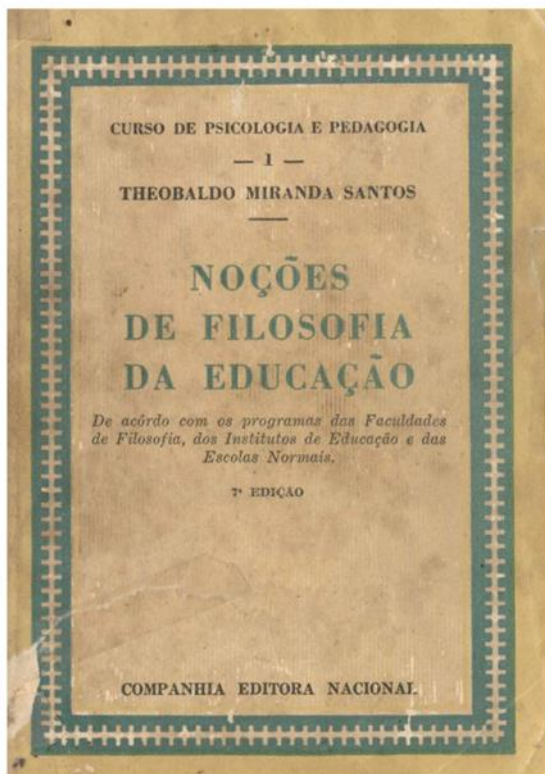
<i>Manual de filosofia</i>	<i>Noções de História da educação</i>
Título: A Filosofia chinesa	Título: A educação chinesa
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: A Filosofia persa	Título: A cultura persa
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: Período do apogeu	Título: A escolástica e a educação
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: Sto. Alberto Magno (1206-1280)	Título: Sto. Alberto Magno (1193-1280)
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: Sto. Tomás de Aquino	Título: Sto. Tomás de Aquino
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: Francisco Bacon	Título: Francisco Bacon
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral
Título: João Locke	Título: João Locke
Constam subtítulos	Constam subtítulos
Consta sumário	Consta sumário

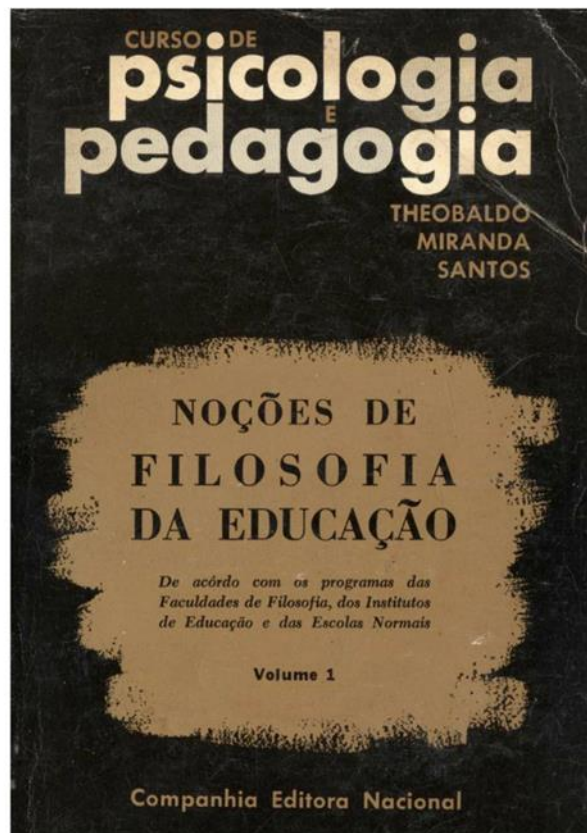
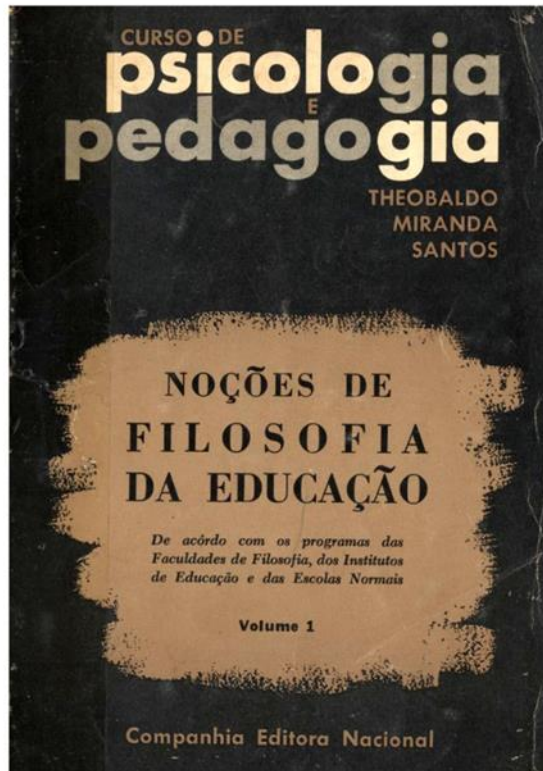
Constam resumos	Constam notas
Constam exercícios	Constam leituras
Consta bibliografia	Consta bibliografia
Transcrição integral	Transcrição integral

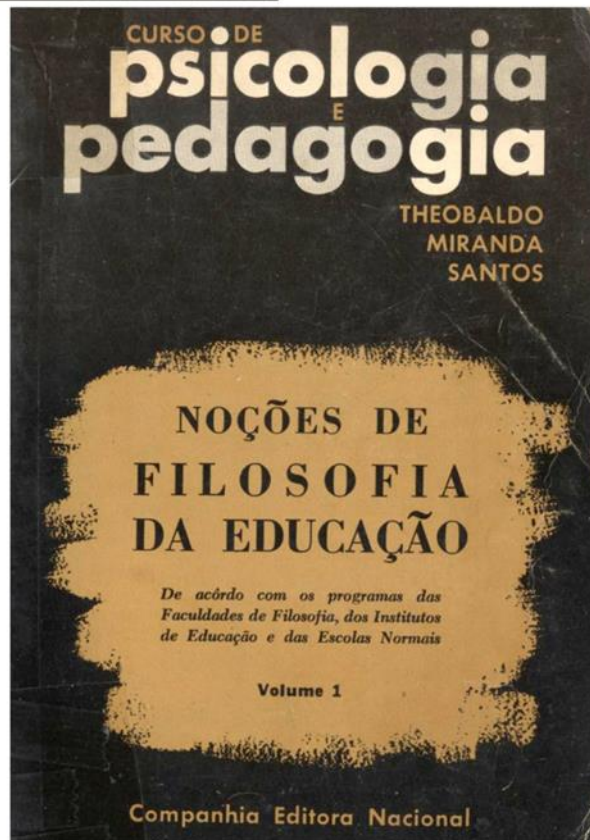
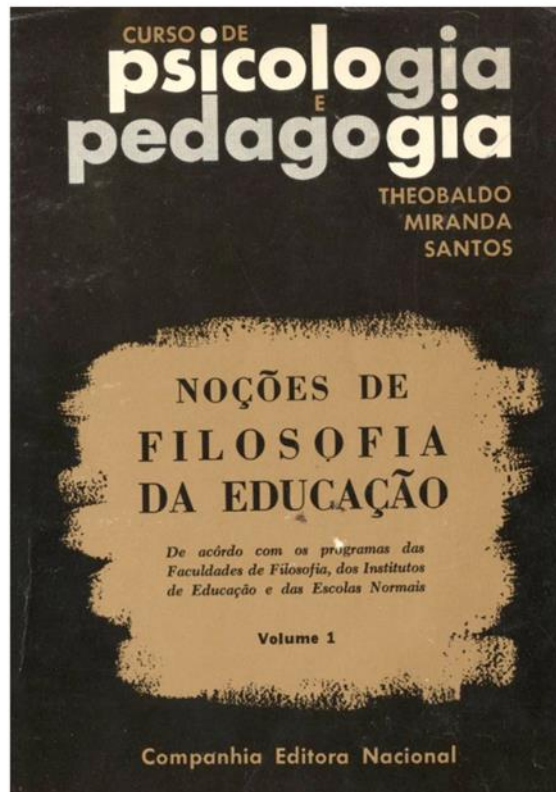














Theobaldo Miranda Santos